

RELATÓRIO
E CONTAS

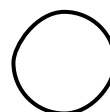
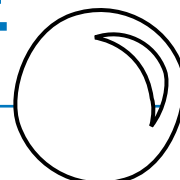
2011

Alliance ™
Healthcare
Tornamos a saúde mais próxima

01	■
0 ano em análise	4
02	■
0 Grupo Alliance Healthcare	10
2.1 Visão, Missão e Valores	12
2.2 Acionistas, Órgãos Sociais e Governo da Sociedade	12
03	■
Performance Económico-Financeira	14
3.1 Demonstração dos resultados	15
3.2 Balanço	17
3.3 Indicadores económico-financeiros	18
05	■
Parcerias	20
06	■
Recursos Humanos	22
07	■
Responsabilidade Social	26
08	■
Projetos futuros	30
09	■
Proposta de aplicação de resultados	32
10	■
Nota final	34
11	■
Balanço	38
Demonstração dos resultados por naturezas	39
Demonstração das alterações no capital próprio	40
Demonstração dos fluxos de caixa	42
Anexo às Demonstrações Financeiras	43
12	■
Certificação Legal de Contas	76
13	■
Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	80

01

O ANO EM ANÁLISE



■ *O ano de 2011 foi marcado pelo agravamento da crise da dívida soberana na Zona Euro e pelo abrandamento do crescimento da economia mundial.*

Este contexto teve como consequência o aumento das tensões nos mercados financeiros internacionais e quebra de confiança dos agentes económicos, levando também a uma deterioração do clima de sentimento económico dos consumidores.

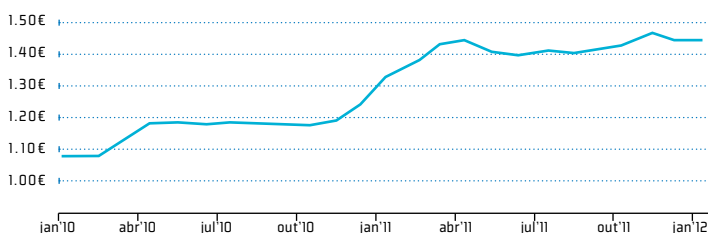
Este enquadramento externo e os desequilíbrios macroeconómicos da economia Portuguesa, que se têm vindo a traduzir numa elevada dependência de financiamento externo, contribuíram para a perda de acesso do Setor Público português a financiamento de mercado em condições regulares e para a consequente formalização de um pedido de assistência financeira à União Europeia, ao Banco Central Europeu e ao Fundo Monetário Internacional, em abril de 2011. Este processo caracteriza-se por uma política orçamental restritiva e uma desalavancagem do setor privado, que já teve impacto na contração da procura interna, pública e privada.

Neste contexto de correção dos desequilíbrios macroeconómicos, a economia portuguesa registou uma contração de 1,6% em 2011, com fortes quebras do investimento público e do consumo privado, mas onde as exportações registaram uma dinâmica positiva. Relativamente à evolução dos preços, a inflação homóloga na Área do Euro foi de 2,6%. As taxas de inflação apresentaram níveis elevados desde o final de 2010, impulsionadas sobretudo pelos preços dos produtos energéticos e de outras matérias-primas. Em Portugal, para o aumento generalizado dos preços, contribuiu ainda o aumento da taxa normal do IVA, de 21% para 23%, em janeiro de 2011, bem como a eliminação da taxa reduzida de IVA para a eletricidade e gás, em outubro, colocando a inflação homóloga em 3,5%. Em outubro, o nível de inflação (excluindo habitação), usado pelas Concessões como referência para a atualização das suas tarifas, foi de 4,36%. Em dezembro de 2011, o Conselho do Banco Central Europeu decidiu baixar a taxa diretora em 0,25 pontos percentuais (pp) para 1,00%, a segunda

descida do ano, recolocando-a aos níveis historicamente baixos, que vigoraram entre maio de 2009 e abril de 2011. Neste contexto, as taxas de juro de curto prazo terminaram o ano com tendência decrescente.

Devido à deterioração da situação financeira nacional e ao consequente pedido de ajuda externa, o custo da dívida soberana portuguesa agravou-se consideravelmente ao longo do ano, subindo cerca de 620 pontos base nas obrigações com maturidade a 10 anos. Portugal foi também penalizado na perceção de risco de crédito, conforme medida pelo *pricing* dos seus *Credit Default Swaps* (CDS), que atingiram níveis de 1093 pontos base no final de 2011, uma subida de 593 pontos relativamente ao início do ano.

O preço dos combustíveis apresentou ao longo de 2011 um crescimento de 21% em termos médios face a 2010 com crescimentos pronunciados no 1º trimestre de 2011.

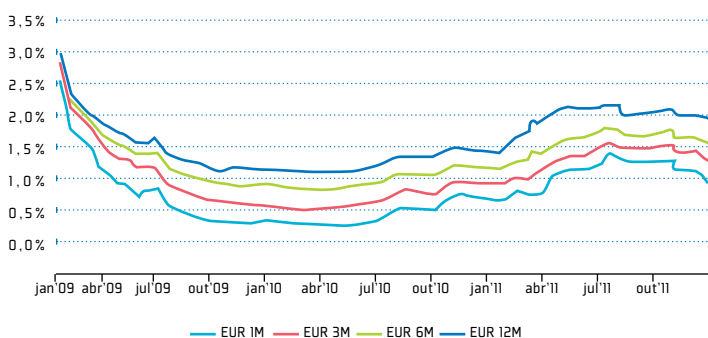


EVOLUÇÃO DO PREÇO DO GASÓLEO

Fonte: www.maisgasolina.pt

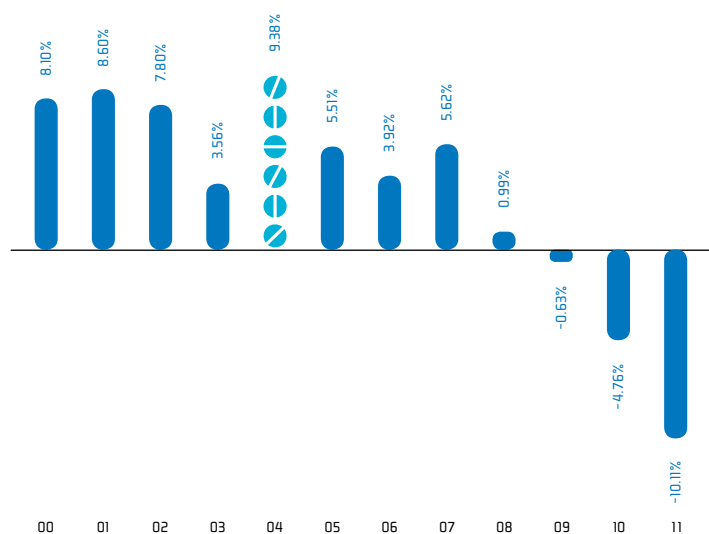
No 1º semestre de 2011, continuou-se a verificar um aumento das taxas de juro, confirmando a tendência crescente que se vinha observando desde meados de 2010. No 2º semestre as taxas de juro estabilizaram-se em níveis próximos dos que se verificaram no final do 1º trimestre de 2009.

Esta conjuntura gerou impactos muito significativos sobre o nível de emprego, tendo a taxa de desemprego atingido os 12,7% em 2011 (10,8% em 2010).



EVOLUÇÃO DAS TAXAS EURIBOR (desde 2009)

Fonte: www.euribor.org



CRESCIMENTOS HISTÓRICOS DO MERCADO FARMACÊUTICO (EM VALOR)

Fonte: IMS



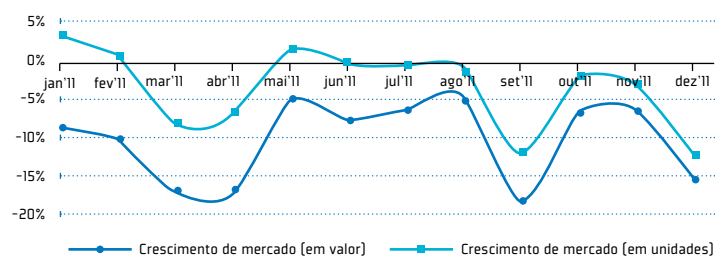
COMPOSIÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (EM VALOR)

Fonte: IMS



COMPOSIÇÃO DO MERCADO DE MEDICAMENTOS (EM UNIDADES)

Fonte: IMS



EVOLUÇÃO DO MERCADO FARMACÊUTICO

Fonte: IMS

MERCADO FARMACÊUTICO

O mercado farmacêutico em 2011, de acordo com dados da IMS, apresentou um decréscimo de 10,11% em valor [-4,76% em 2010] e de 3,54% em volume [-3,40% em 2010] tornando evidente a tendência negativa que se fazia sentir desde 2005 e, em particular, a contração que já havia sido sentida em 2009.

O crescimento da quota dos medicamentos genéricos, com menor preço que os medicamentos de marca, induzindo o decréscimo do valor de mercado, representa um dos principais contributos para a degradação do valor do mercado.

Em 2011 a quota dos medicamentos genéricos atingiu os 17,8% em valor (18,5% em 2010) e 21,1% em unidades (17,9% em 2010).

Por outro lado, o impacto das intervenções regulamentares sobre os preços dos medicamentos e sobre as comparticipações foi gerador de uma grande volatilidade no comportamento de mercado ao longo do ano, fruto da reação e adaptação dos agentes aos seus impactos.

Em termos regulamentares, destacam-se os principais diplomas:

Decreto-Lei n.º 25/2011 de 16 de junho

- Estabelece a obrigatoriedade da indicação do PVP na rotulagem dos medicamentos.

Decreto-Lei nº 112/2011 de 29 de novembro

- Aprova o novo regime de preços dos medicamentos de uso humano sujeitos a receita médica e dos medicamentos não sujeitos a receita médica comparticipados. Este diploma entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2012.
- Prevê ainda um novo regime de cálculo das margens de comercialização para os distribuidores por grosso de medicamentos e para as farmácias, estabelecendo também um prazo de escoamento único de 90 dias para os medicamentos que, à data da sua entrada em vigor, já se encontrassem nas instalações dos distribuidores e farmácias.

O mercado farmacêutico em 2011 apresentou um decréscimo de 10,4% em valor e de 3,1% em volume. Esta variação negativa deveu-se às várias medidas legislativas de redução de preços ocorridas durante o ano de 2011.

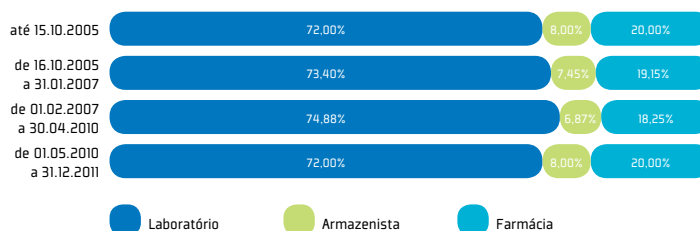
O impacto das intervenções regulamentares sobre os preços dos medicamentos e sobre as participações foi gerador de uma grande volatilidade no comportamento de mercado ao longo do ano, fruto da reação e adaptação dos diversos agentes em geral aos seus impactos, mas sempre em tendência negativa no que respeita ao seu valor.

Esta envolvente económica e regulamentar tornou evidente no setor a premência de se estabelecerem novos modelos de colaboração entre os diversos agentes, assentes na criação de valor através duma melhor e mais eficiente gestão dos circuitos logísticos e da otimização dos processos de comunicação.

O mercado da distribuição grossista e pré-grossista continuou a manter ao longo de 2011 argumentos competitivos muito focados no preço e, em particular na distribuição grossista, na proximidade.

Durante 2011 a Alliance Healthcare continuou a reforçar as competências internas ao nível das tecnologias de informação de suporte à atividade, das infraestruturas logísticas e dos recursos humanos, procurando criar novas dimensões de valor percebido pelos nossos clientes, quer ao nível da indústria farmacêutica, quer ao nível das farmácias e pontos de venda autorizados que nos permitam apresentar soluções logísticas geradoras de valor e capazes de alavancar os nossos negócios e os dos nossos parceiros para novas dimensões de colaboração e de rentabilidade.

Ao nível tecnológico, continuou-se o desenvolvimento de novas funcionalidades de comunicação e interação com os nossos clientes permitindo a integração eletrónica e automática



COMPOSIÇÃO DO PREÇO DOS MEDICAMENTOS (BASE: PVP SEM IVA)

Fonte: IMS

de dados, uma maior visibilidade sobre o estado das transações, a adoção de novos modelos comerciais mais simples e transparentes e a apresentação de novas soluções em resposta às necessidades específicas dos nossos clientes, por exemplo, de apoio logístico a grupos de compras.

De salientar que no final de 2011 demos início a um novo estudo de satisfação de clientes com o objetivo de medir o impacto das alterações e medidas estratégicas que a empresa tomou no sentido de melhorar o “Customer Experience” e assim garantir um serviço de excelência às farmácias.

Tirando partido da experiência do acionista Alliance Boots no lançamento e desenvolvimento de marcas próprias, procurando integrar novas dimensões de geração de valor em áreas relacionadas, continuamos a desenvolver em 2011 a gama de marcas próprias, alargando o seu âmbito e a sua profundidade que nos permitiu apresentar aos nossos clientes produtos de elevada qualidade que complementam a nossa proposta de valor.

O agudizar das dificuldades financeiras sentidas por muitos dos nossos clientes levou-nos a desenvolver e a implementar soluções integradas de gestão do envolvimento comercial e do crédito concedido de modo a mitigar os riscos de incumprimento.

Reforçamos também as parcerias com a Banca de modo a que, mediante as necessidades financeiras dos nossos clientes, possamos apresentar soluções adequadas através dum encaminhamento para entidades competentes e capazes de lhes prestar uma assistência efetiva.

Estas iniciativas foram complementadas com um envolvimento alargado dos nossos colaboradores, os quais participaram em processos de formação contínua e de revisão de métodos de trabalho com o objetivo de garantir a eficácia da sua intervenção, a qual se reflete nos indicadores de performance regularmente divulgados.

MARKETING E COMUNICAÇÃO

Em 2011, a Alliance Healthcare desenvolveu vários projetos na área da comunicação interna e externa. A Intranet veio aproximar ainda mais os colaboradores da Alliance Healthcare para juntos conseguirmos atingir o objetivo comum: prestar um serviço de excelência aos nossos clientes.

Por outro lado, as farmácias estão agora também mais próximas do seu armazenista podendo descobrir na revista Care', não só novidades do mercado e artigos de saúde, como também as mais recentes novidades do universo Alliance Healthcare.

Em 2011 fomos ainda mais longe no contacto com os nossos clientes, fazendo reuniões descentralizadas com farmácias em todo o país para apresentar a nossa estratégia e sobretudo ouvir os nossos clientes. O último trimestre de 2011 é marcado pelo anúncio da nova estratégia comercial da Alliance Healthcare para 2012. De uma forma transparente, a Alliance Healthcare demonstrou mais uma vez ser o parceiro ideal das farmácias portuguesas.

Para além de oferecer condições comerciais atrativas e um serviço de distribuição de excelência, a Alliance Healthcare oferece aos seus clientes soluções complementares à sua atividade com o objetivo último de trazer mais valor acrescentado ao negócio. As marcas próprias da Alliance Healthcare são exemplo disso.

§ MARCAS PRÓPRIAS ALLIANCE HEALTHCARE

As Marcas Próprias da Alliance Healthcare incluem atualmente:

- a Almus[®], marca premiada de medicamentos genéricos;
- a Boots Laboratories, detentora da gama de produtos dermocosméticos com as marcas Serum⁷ e Serum⁷ LIFT (cuidados antienvelhecimento), Solei^{SP} (proteção solar) e Optiva (cuidados de hidratação e higiene da pele);
- a Alvita[®], marca de cuidados de saúde, incluindo produtos de diagnóstico, primeiros socorros, cirúrgicos, higiene oral, bem-estar, incontinência, cuidados da pele e bebé.

O ano de 2011 foi marcado pelo importante lançamento no mercado das marcas Solei^{SP} e Optiva. A Boots Laboratories tem como objetivo ser uma marca de referência nos cuidados da pele de toda a família, pelo que tem vindo a desenvolver vários produtos de acordo com as diferentes necessidades da pele.

Neste momento a Boots Laboratories já conta com cerca de 35 referências e vendeu no último ano 57.844 em unidades e cerca de €824 milhares em valor.

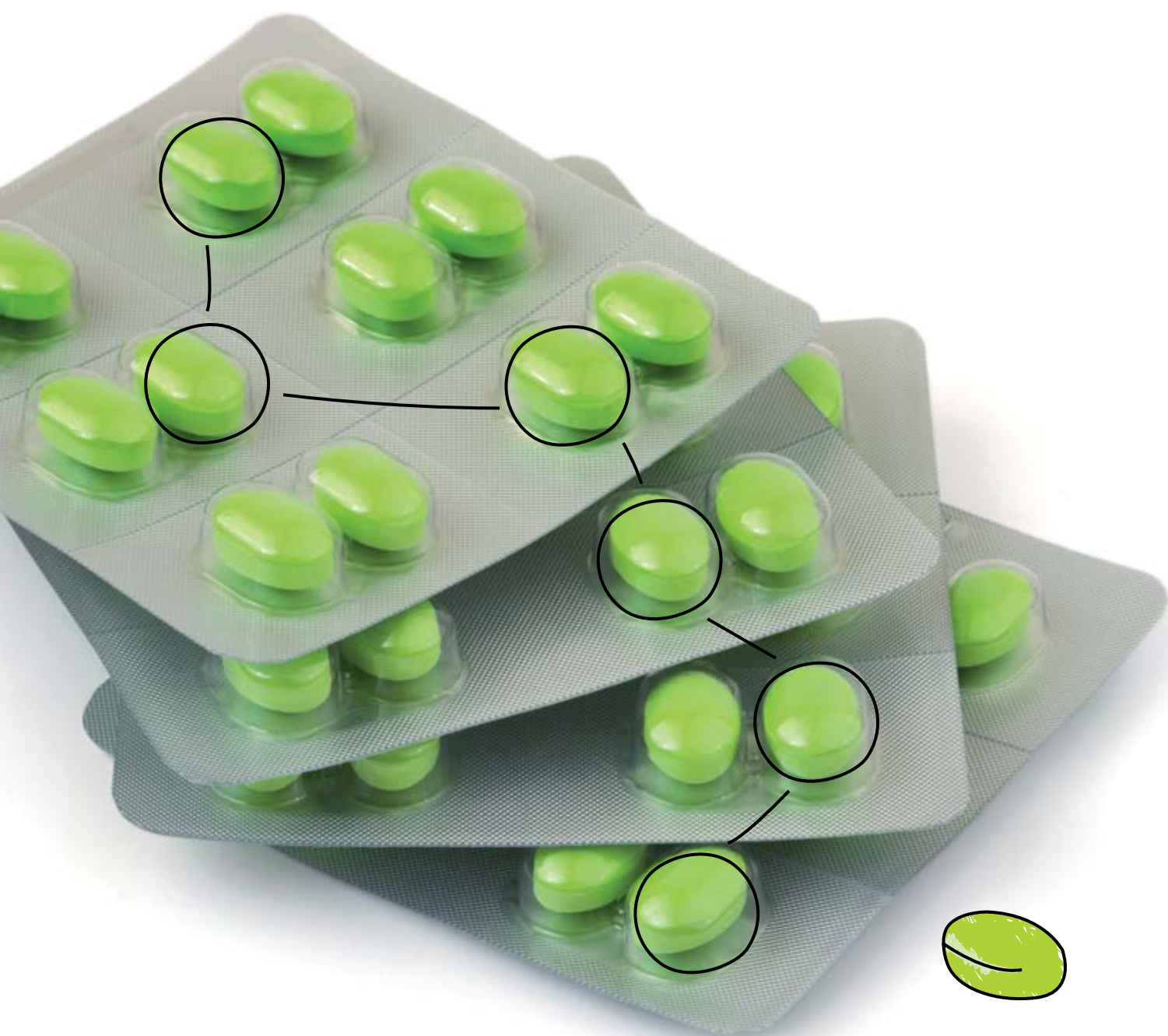
O ano de 2011 foi também um ano marcante para a Almus[®], nomeadamente pelas sucessivas alterações que o mercado de genéricos sofreu. A Almus manteve no entanto a sua posição de parceria com a farmácia, mantendo as condições comerciais atrativas e a garantia de que a Almus é uma marca feita por farmacêuticos para farmacêuticos. Com uma estratégia de preço bem definida, estando dentro dos 5 mais baratos do mercado, a Almus é sem dúvida uma excelente aposta das farmácias e pacientes. Em 2011, a Almus vendeu aproximadamente 177.000 unidades faturando €1.386 milhares.

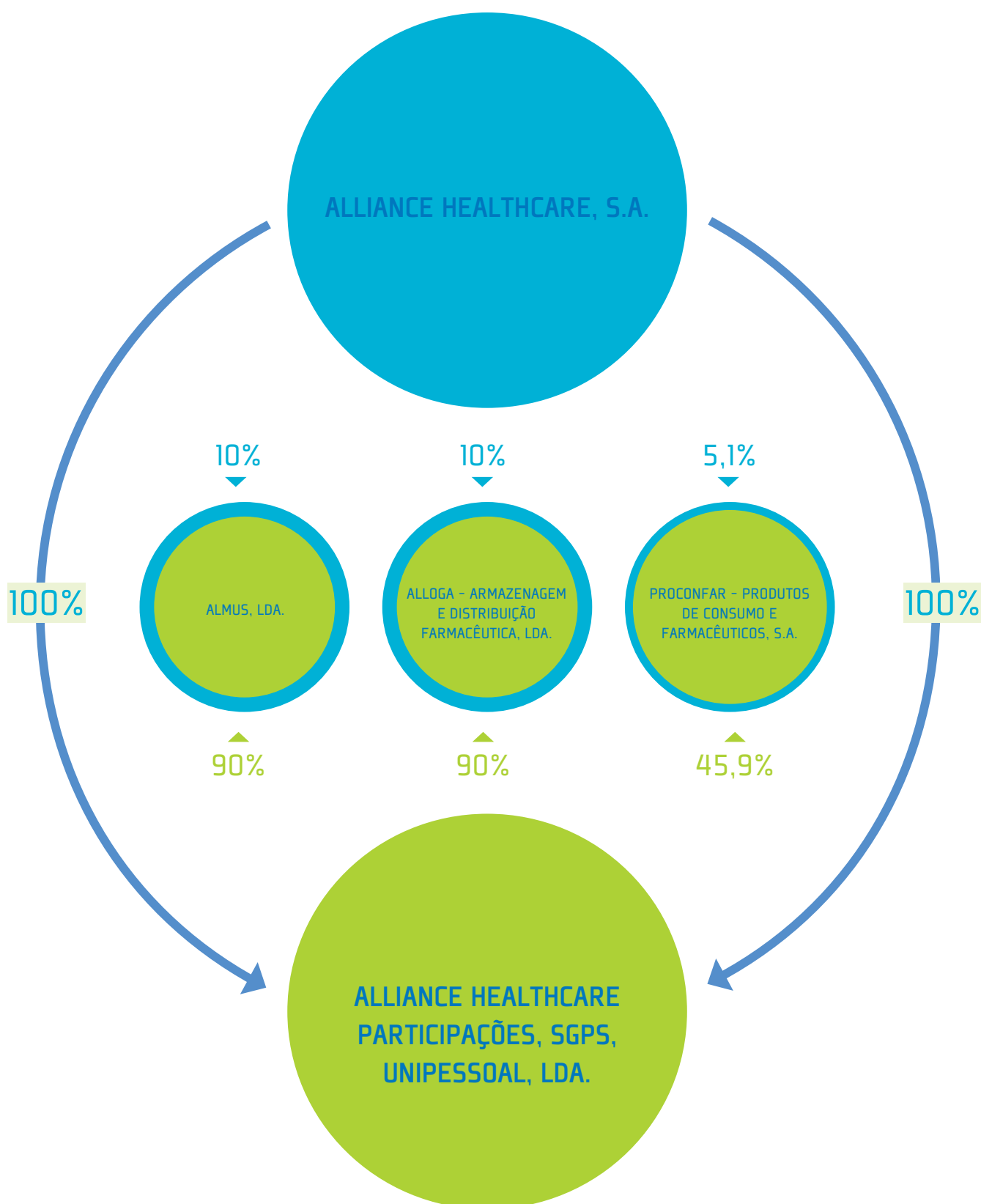
Com um posicionamento bem definido, a Alvita[®] é a opção mais económica para a farmácia – “Com a mesma qualidade, porquê pagar mais?”

Em 2011 a Alvita vendeu cerca de 646 mil unidades atingindo um volume de negócios de cerca de €688 milhares.

02

O GRUPO ALLIANCE HEALTHCARE





2.1

VISÃO, MISSÃO E VALORES

A nossa missão e valores refletem o objetivo principal da empresa: colocar os clientes no centro de tudo o que fazemos e, assim, tornarmo-nos o parceiro ideal escolhido pelas farmácias e pela indústria farmacêutica.

VISÃO

Ser uma empresa inovadora, com colaboradores motivados, orientada para o cliente, focada na criação de valor para os acionistas e com um compromisso forte para a responsabilidade social.

MISSÃO

Ser a empresa líder na Distribuição Farmacêutica em Portugal, apresentando aos nossos clientes soluções globais, inovadoras e de qualidade para a logística de produtos de saúde.

VALORES

A Alliance Healthcare tem como objetivo ser o melhor prestador de serviços e soluções de cuidados de saúde, tendo como principais valores:

- Serviço
- Parceria
- Disponibilidade
- Confiança
- Iniciativa

2.2

ACIONISTAS, ÓRGÃOS SOCIAIS E GOVERNO DA SOCIEDADE

ACIONISTAS

A Alliance Healthcare, em Portugal, está integrada numa parceria entre a Alliance Boots, através da Alliance Boots Group Ltd., a Associação Nacional das Farmácias, através da Farminveste e José de Mello Participações II SGPS.

Alliance Boots Group Ltd.	49%
Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	49%
José de Mello Participações II, SGPS, S.A.	2%

A Alliance Boots Group Ltd. é uma empresa do Grupo Alliance Boots, um grupo internacional, líder no mercado da distribuição de medicamentos e outros produtos de cuidados de saúde através duma vasta rede de mais de 370 armazéns espalhados por 21 países.

A Farminveste é a *holding* que integra as participações da Associação Nacional das Farmácias na área empresarial. A ANF foi fundada em outubro de 1975, a partir da estrutura do Grémio Nacional das Farmácias. Representa 97% das farmácias portuguesas e tem por missão a defesa dos interesses morais, profissionais e económicos dos proprietários de farmácia. A José de Mello Participações II, SGPS, é uma *holding* do Grupo José de Mello, um dos maiores grupos empresariais portugueses. Com uma intervenção diversificada na economia, o posicionamento competitivo do Grupo José de Mello assenta em plataformas de negócios participadas pela José de Mello, SGPS em várias áreas empresariais, desde as infraestruturas à energia, passando pela saúde.

ÓRGÃOS SOCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

João Carlos Lombo da Silva Cordeiro

Vogais:

Fernando Alberto Mesquita de Melo (CEO)

Ornella Barra

Nuno Vasco Rodrigues Viegas Vieira Lopes

Terence Joseph Scicluna

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:

Victor Réfega Fernandes

Secretário:

João Parreira Mesquita

CONSELHO FISCAL

Presidente:

Carlos Alexandre de Pádua Corte-Real Pereira

Vogais:

João Gaspar Lopes Ribeiro

Fernando Manuel Magiolo Magarreiro

Suplente:

Luis Pereira da Silva

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Deloitte & Associados, SROC, S.A. representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

GOVERNO DA SOCIEDADE

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração mantém o acompanhamento da gestão da sociedade através da participação dos seus membros executivos no Comité Executivo, reúne sempre que necessário para tomar decisões que dependam da sua competência exclusiva.

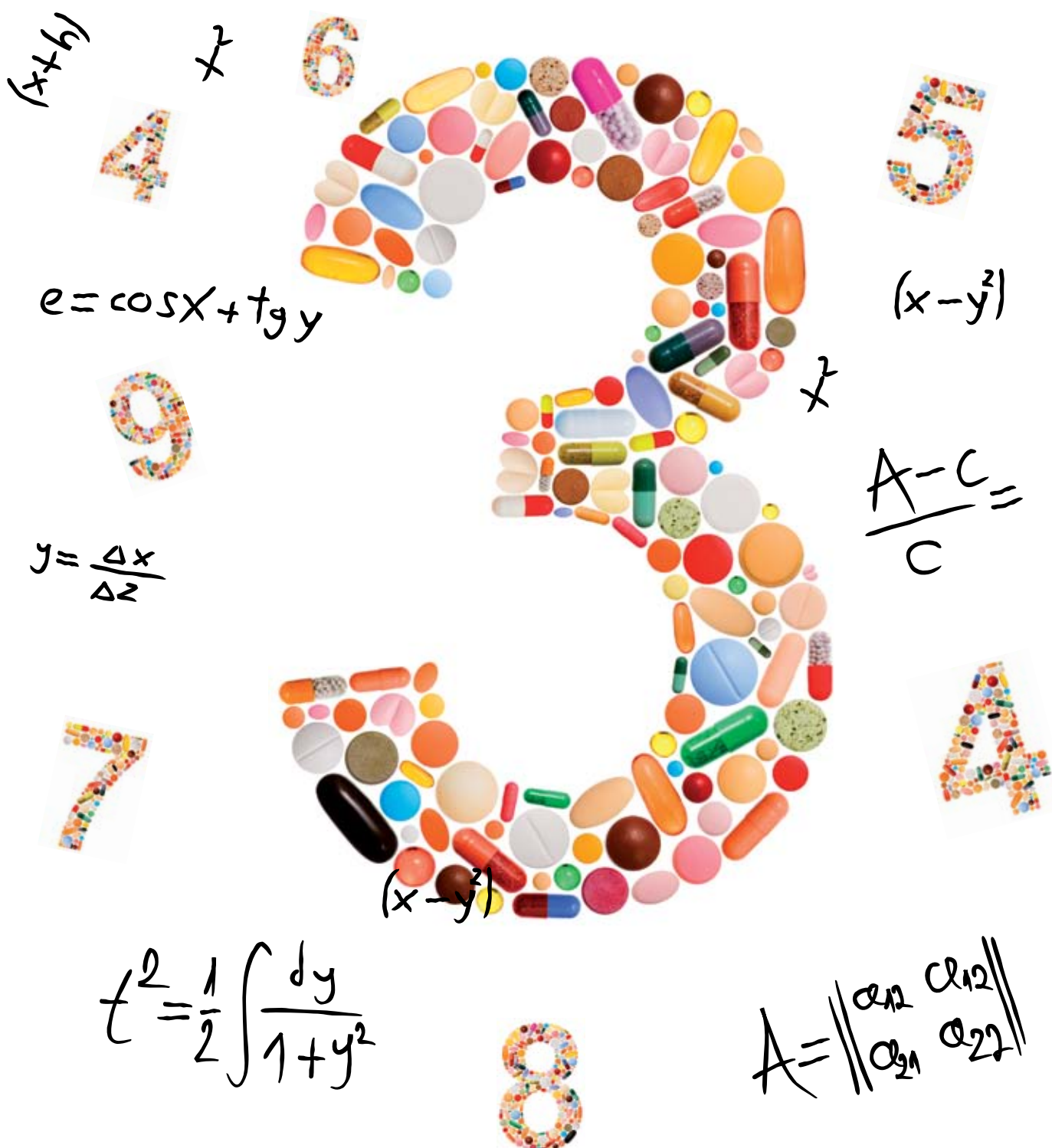
COMITÉ EXECUTIVO

A gestão corrente do Grupo é assegurada pelo Comité Executivo, um órgão misto, constituído por 2 administradores e 4 gestores de topo que asseguram o acompanhamento das principais áreas funcionais.

O Comité Executivo reúne mensalmente, fazendo o acompanhamento do negócio do grupo, deliberando sobre todas as matérias de gestão corrente, propondo projetos e iniciativas no âmbito do desenvolvimento do negócio e da execução estratégica e avaliando a exposição aos riscos de negócio e propondo medidas de gestão do risco. Elabora anualmente e propõe aos acionistas uma revisão do plano estratégico trianual e do orçamento para o exercício seguinte.

03

PERFORMANCE ECONÓMICO-FINANCEIRA



3.1

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

A Alliance Healthcare desenvolve a sua atividade ao nível do comércio e distribuição de medicamentos e especialidades farmacêuticas.

	2010	2011	TX. CRESC.
Vendas	568.201	480.803	-15,4%
Serviços prestados	1.979	2.279	15,2%
Vendas e serviços prestados	570.180	483.082	-15,3%
Custos das mercadorias vendidas	-530.035	-448.609	-15,4%
Resultado bruto	40.145	34.473	-14,1%
% das vendas e serv. prestados	7,04%	7,14%	
Fornecimentos e serviços externos	-12.357	-13.159	6,5%
Gastos com o pessoal	-11.682	-11.033	-5,6%
Outros rendimentos e ganhos	135	562	316,3%
Outros gastos e perdas	-339	-1.094	222,7%
Imparidades e provisões	-724	-8.226	1036,2%
Ganhos/perdas imputados de subsidiárias e associadas	-838	-404	-51,8%
EBITDA	14.340	1.119	-92,2%
% das vendas e serv. prestados	2,51%	0,23%	
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-1.728	-2.244	29,9%
Imparidade de investimentos	-120	120	
Resultado operacional	12.492	-1.005	-108,0%
% das vendas e serv. prestados	2,19%	-0,21%	
Juros e rendimentos similares obtidos	1.859	2.875	54,7%
Juros e gastos similares suportados	-2.696	-3.542	31,4%
Resultados financeiros	-837	-667	-20,3%
Resultado antes de impostos	11.655	-1.672	-114,3%
% das vendas e serv. prestados	2,04%	-0,35%	
Imposto sobre o rendimento do exercício	-3.340	239	-107,2%
Resultado líquido do período	8.315	-1.433	-117,2%
% das vendas e serv. prestados	1,46%	-0,30%	

Valores em milhares de Euros

VOLUME DE NEGÓCIOS

O volume de negócios da Alliance Healthcare em 2011 foi de €483 milhões, apresentando um decréscimo de 15,3% face ao exercício anterior.

Esta tendência reflete essencialmente a contração de 10,1% do valor do mercado do medicamento, decorrente do impacto de múltiplas medidas regulamentares sobre os preços dos medicamentos e sobre as comparticipações, e da crescente penetração dos medicamentos genéricos, com menor preço, no mercado dos medicamentos.

MARGEM BRUTA

O resultado bruto apresenta uma degradação de €5,7 milhões para os €34,5 milhões, equivalente a uma redução de 14,1% face ao exercício anterior.

Subsistiu ao longo do exercício uma forte competitividade no mercado da distribuição grossista de medicamentos, caracterizada pela prática de condições de desconto muito agressivas, atingindo níveis críticos e insustentáveis. A adoção de uma abordagem comercial prudente e a manutenção de práticas restritivas ao nível da gestão do crédito, assentes em princípios de sustentabilidade e de criação de valor na relação com os clientes acabou por ter também um reflexo, ainda que ligeiro, ao nível da degradação do volume de negócios, permitindo-nos porém preservar a rentabilidade bruta do negócio que apresentou uma melhoria de 0,1 pontos percentuais, confirmando a tendência crescente, já que em 2010 a rentabilidade bruta tinha também aumentado 0,2 pontos percentuais.

A degradação observada decorre da redução sofrida ao nível do volume de negócios, destacando-se a melhoria do nível de rentabilidade bruta em 0,10 pontos percentuais, para os 7,14% das vendas e dos serviços prestados, resultante da otimização de condições de compra de mercadorias.

RESULTADO OPERACIONAL

Ao longo de 2011 deu-se continuidade ao processo de reforço de competências tecnológicas de apoio à atividade bem como

ao reforço dos mecanismos de segurança e de salvaguarda da continuidade do negócio em caso de contingência o que, embora contribuindo para o aumento dos custos de operação, nos permitiu integrar um maior nível de robustez e fiabilidade nos nossos sistemas e consequentemente nas nossas operações.

O esforço ao nível da gestão do crédito, foi gerador de um forte incremento dos custos operacionais, sobretudo por via do maior valor das imparidades de clientes que atingiram os €7,7 milhões em 2011, mais €7,2 milhões que aqueles registados em 2010, mas também pelo recurso a serviços jurídicos, tem dado resultados positivos destacando-se a maior qualidade do crédito de clientes, designadamente pela maior cobertura por garantias reais dos casos com pagamento em prazos alargados.

A rubrica de custos operacionais apresenta um incremento de €7,8 milhões face ao ano anterior. De destacar o aumento de €7,5 milhões em imparidades e provisões, essencialmente relacionadas com o crédito a clientes. A rubrica de gastos com o pessoal apresenta uma redução de custos em €0,7 milhões, apesar de um maior volume de indemnizações pagas em €0,7 milhões, o que denota uma redução de €1,4 milhões nas restantes rubricas de gastos com pessoal. Ao nível dos fornecimentos e serviços externos, destacam-se os maiores custos inerentes à nova plataforma logística no norte do país, em €1,3 milhões e uma redução de custos gerais em €0,5 milhões.

A afetar a performance operacional encontra-se ainda o efeito negativo em €0,4 milhões da valorização das participações financeiras pelo método de equivalência patrimonial, muito condicionado pela performance negativa do negócio da Almus, Lda. em 2011 e pela imparidade registada relativamente ao goodwill gerado na aquisição Alloga Portugal, Lda..

As novas instalações no norte do país tiveram também um impacto negativo via aumento de depreciações em €0,5 milhões.

Fruto destas circunstâncias o resultado operacional da Alliance Healthcare apresenta-se negativo em €1,0 milhões, com um decréscimo de €13,5 milhões face ao exercício anterior, tendo a rentabilidade operacional apresentado um decréscimo de 2,40 pontos percentuais para -0,21%.

RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros negativos de €0,7 milhões apresentam uma evolução positiva face ao exercício anterior de €0,1 milhões.

O principal contributo para a melhoria dos resultados financeiros resulta da rubrica juros e rendimentos similares obtidos que, apresentando um incremento de €1 milhão para os €2,9 milhões reflete essencialmente as compensações pagas por clientes, relativas a pagamentos faseados no âmbito de planos de recuperação de dívidas.

Merece também particular destaque o gradual aumento ao longo de 2011 dos spreads apli-

cados pela Banca sobre as indexantes de taxa de juro, que também sofreram aumento.

RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO

O resultado líquido do período negativo no valor de €1,4 milhões, apresenta uma degradação de €9,7 milhões face ao exercício anterior, refletindo os impactos negativos duma conjuntura extremamente adversa, o impacto negativo das imparidades e os custos de reorganização da Alliance Healthcare.

O nível de rentabilidade das vendas e dos serviços prestados de -0,3% é de carácter pontual. Se excluirmos da análise os impactos negativos das imparidades e os custos de reorganização, o resultado líquido do exercício situar-se-ia em €4,7 milhões e teríamos uma rentabilidade bruta das vendas de 0,98% que compararia com um resultado líquido do exercício ajustado de €9,3 milhões em 2010 e uma rentabilidade bruta das vendas de 1,63%.

Apesar do decréscimo, estes níveis de rentabilidade mantêm-se ainda assim como uma referência no setor onde a generalidade dos concorrentes apresentam níveis substancialmente inferiores de rentabilidade decorrentes duma maior agressividade comercial e menor eficiência operacional.

3.2

BALANÇO

ATIVO

O ativo líquido de €196,8 milhões, apresenta uma redução face ao exercício anterior de €40,5 milhões de euros.

Para esta variação contribuiu a redução das dívidas correntes de clientes em €22,9 milhões e a redução de stocks em €6,1 milhões, sobretudo devido à redução do volume de negócios e à redução em 3 dias dos prazos médios de re-

cebimento. A rubrica de caixa e depósitos bancários apresenta também uma redução de €7,7 milhões compensando a redução equivalente do lado do passivo.

Relativamente à redução em €6,1 milhões que se observa na rubrica de inventários, esta resulta sobretudo de um controlo rigoroso dos stocks e da redução do volume de devoluções de mercadorias fruto dos processos de alteração de preços que ocorreram em 2010, em particular no último trimestre, e que tiveram efeitos muito negativos ao nível do incremento do valor de existências em armazém nesse ano.

CAPITAL PRÓPRIO

O capital próprio apresenta um decréscimo de €7,7 milhões face a 2010 decorrente do pagamento de dividendos aos acionistas de €6,2 milhões relativos ao exercício de 2010 e da geração dum resultado líquido do exercício de 2011 negativo de €1,4 milhões.

PASSIVO

O passivo total no valor de €118,7 milhões apresenta um decréscimo face ao exercício anterior de €32,9 milhões.

A principal origem desta variação é a redução das dívidas corren-

tes a fornecedores em €13,4 milhões decorrente do menor volume de compras por via do menor volume de negócios e da antecipação em 3 dias dos prazos médios de pagamento de modo a integrar melhores condições comerciais na compra de mercadoria. De salientar também a redução de €7,5 milhões em financiamentos obtidos correntes que se traduziu numa redução do *debt-equity ratio* de 0,97 para 0,84.

Ao nível do passivo não corrente verificou-se a redução em €10,3 milhões dos financiamentos obtidos, fruto da sua amortização de acordo com os planos estabelecidos.

3.3

INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS

O exercício de 2011 decorreu num ambiente muito desfavorável, gerando múltiplos desafios na gestão da Empresa.

A forte pressão sobre a rentabilidade dos negócios está patente na evolução dos principais indicadores de rentabilidade que, apresentam uma forte degradação face a 2010.

	2009	2010	2011
Indicadores de Rentabilidade			
Rentabilidade das Vendas	2,02%	1,46%	-0,30%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	14,08%	9,69%	-1,83%
Rentabilidade do Ativo	4,99%	3,50%	-0,73%

Rentabilidade das Vendas = Lucro Líquido / Vendas

Rentabilidade dos Capitais Próprios = Lucro Líquido / Capitais Próprios

Rentabilidade do Ativo = Lucro Líquido / Ativo

O nível de rotação do ativo apesar de estar ligeiramente superior ao exercício anterior apresenta-se muito próximo do valor de 2009, o que denota uma relativa estabilidade.

A manutenção do tempo médio de existências em 33 dias, ao mesmo nível que em 2010 comprova todo o esforço que se fez ao longo do ano para controlar os níveis de stock e reduzi-los proporcionalmente à redução das vendas.

A recuperação de 3 dias no prazo médio de recebimento resulta duma abordagem consistente ao longo de 2011 que nos permitiu gerir eficazmente o maior risco do crédito de clientes. Destaca-se a abordagem feita a clientes com maior nível de endividamento, relativamente aos quais foram estabelecidos planos específicos de regularização de dívida, sustentados por garantias específicas prestadas a favor da Alliance Healthcare.

O tempo médio de pagamentos reduziu-se em 3 dias por via do aproveitamento de condições comerciais mais vantajosas para pagamentos em prazos mais curtos.

A cobertura do passivo corrente continua a ser assegurada na íntegra por ativo corrente, situando-se o indicador da liquidez geral em 1,43.

O equilíbrio das massas patrimoniais permanece estável, tendo sido reforçado face ao exercício anterior, sendo de destacar a robustez dos indicadores de autonomia e independência financeira por comparação com os dados históricos do setor.

	2009	2010	2011
Indicadores de Atividade			
Rotação do Ativo	2,47	2,39	2,44
Tempo Médio de Existências	26	30	31
Tempo Médio de Recebimento	92	90	87
Tempo Médio de Pagamento	38	34	31

Rotação do Ativo = Vendas Anuais / Ativo

Tempo Médio de Existências = Existências / Compras x 365

Tempo Médio de Recebimento = [Saldo Clientes + Outros ativos Fin.] / (Vendas + Prest. de Serviços) com IVA x 365

Tempo Médio de Pagamento = Saldo Fornecedores / (Compras + FSE) com IVA x 365

	2009	2010	2011
Indicadores de Liquidez			
Liquidez Geral	1,65	1,47	1,43
Liquidez Reduzida	1,31	1,10	1,04

Liquidez Geral = Ativo Corrente / Passivo Corrente

Liquidez Reduzida = (Ativo Corrente - Inventários) / Passivo Corrente

	2009	2010	2011
Indicadores de Endividamento			
Autonomia Financeira	35,41%	36,16%	39,71%
Independência Financeira	54,82%	56,63%	65,85%
Debt-to Equity Ratio	0,93	0,97	0,84

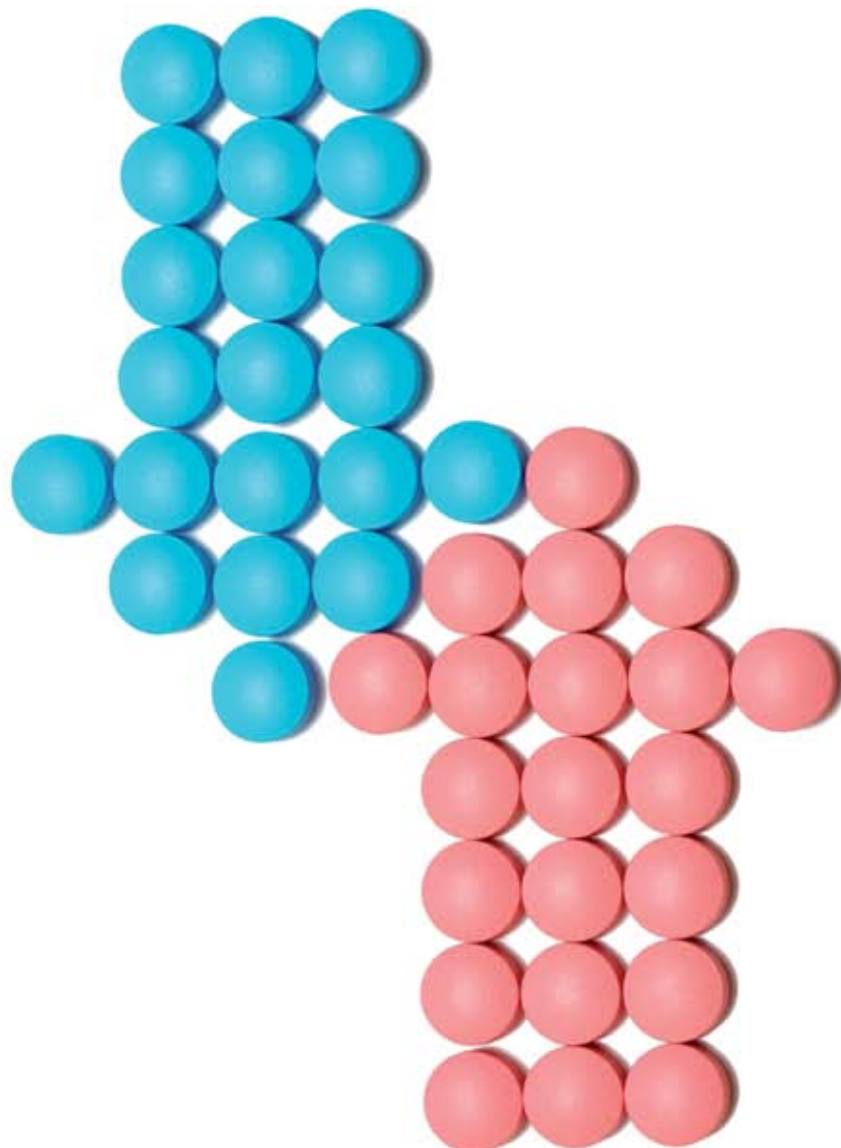
Autonomia Financeira = Capitais Próprios / Ativo

Independência Financeira = Capitais Próprios / Passivo

Debt-to Equity Ratio = Passivo Remunerado / Capitais Próprios

04

PARCERIAS



■ *A parceria é um dos valores que constituem o nosso ADN e promovemos permanentemente o desenvolvimento de iniciativas conjuntas com os nossos parceiros de negócio e outros stakeholders que sejam geradoras de valor.*

Ao longo de 2011, mantivemos diversas iniciativas das quais destacamos:

AÇÕES DE FORMAÇÃO PARA FARMACÊUTICOS E QUADROS DE FARMÁCIA

Em colaboração com 14 laboratórios farmacêuticos, realizamos ao longo de 2010, 60 ações de formação que contaram com a presença de 5.707 participantes em representação de 2.031 farmácias.

AÇÕES COMERCIAIS EM ÉPOCAS FESTIVAS

Em parceria com a Actavis levamos a cabo iniciativas temáticas dirigidas às farmácias na Páscoa.

PROMOÇÃO DA EXCELÊNCIA NO ENSINO DE FARMÁCIA

Atribuímos o prémio Alliance Healthcare, no valor de €1.000 ao melhor aluno do Mestrado Integrado de Ciências Farmacêuticas da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

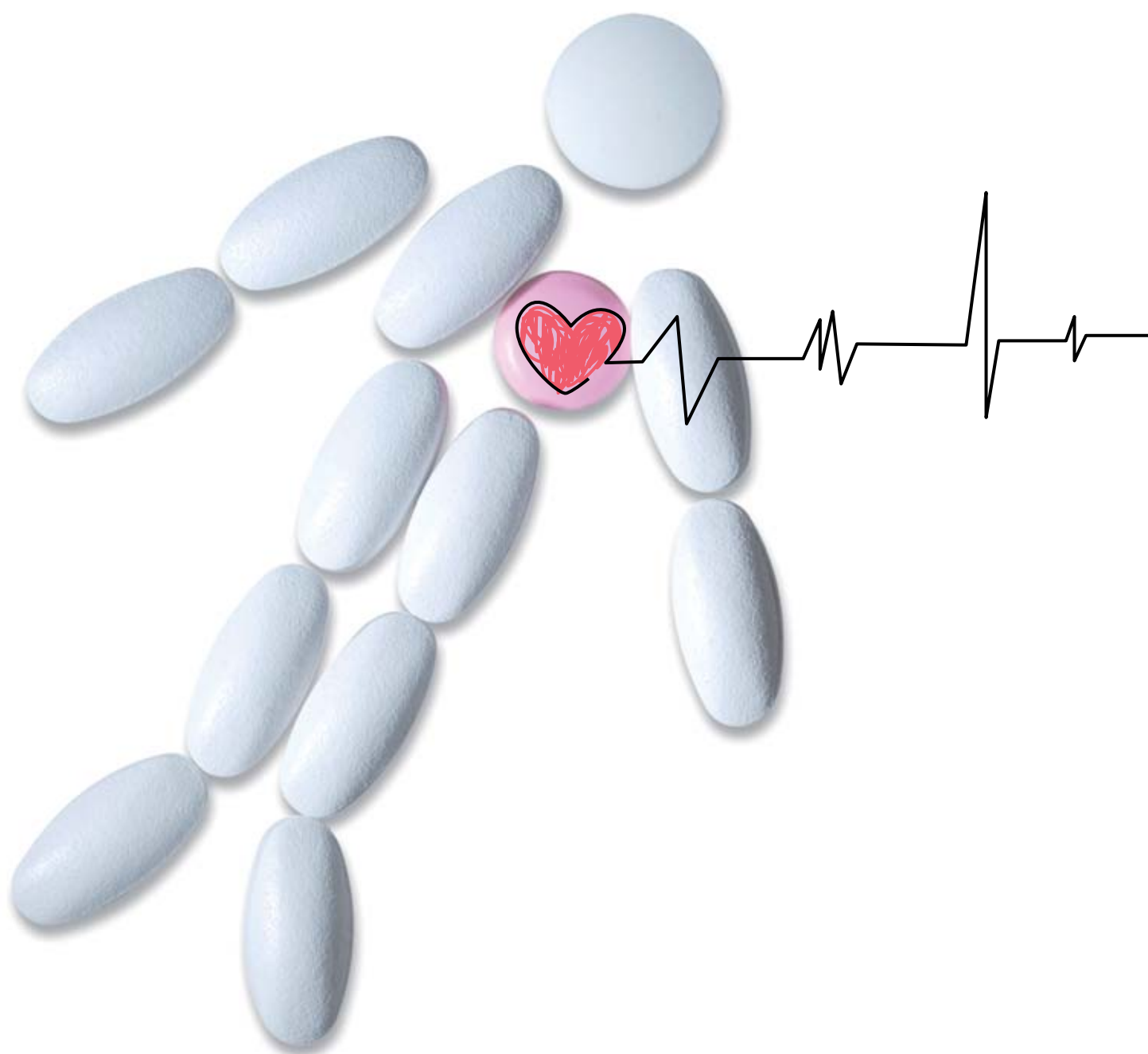
CONGRESSOS E DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA

Patrocinamos diversos congressos sobre temáticas da saúde e promovemos a participação de quadros da Alliance Healthcare como oradores em diversas apresentações orientadas para estudantes de farmácia, bem como diversas visitas de estudo destes últimos às instalações da Alliance Healthcare.

PROTOCOLOS PARA COLABORADORES

Foram renovados e celebrados novos protocolos com parceiros de negócio do Grupo destinados aos nossos colaboradores e que lhes conferem vantagens em diversas áreas, designadamente na Banca; Transportes; Equipamento informático; Auto-móveis e Hotéis.

05

RECURSOS
HUMANOS

■ *As Pessoas são o nosso trunfo mais importante. Recrutamos e desenvolvemos os nossos recursos humanos com o objetivo de proporcionar serviços diferenciados e adaptados aos nossos clientes.*

Trabalhamos com as nossas equipas de gestão para criar um ambiente de trabalho positivo no qual as pessoas possam progredir.

Apoiamos a diversidade e a inclusão, o que conduz a uma maior satisfação pessoal, levando as pessoas a envolverem-se mais com o negócio e com a organização.

As nossas Pessoas são a nossa vantagem competitiva mais forte.

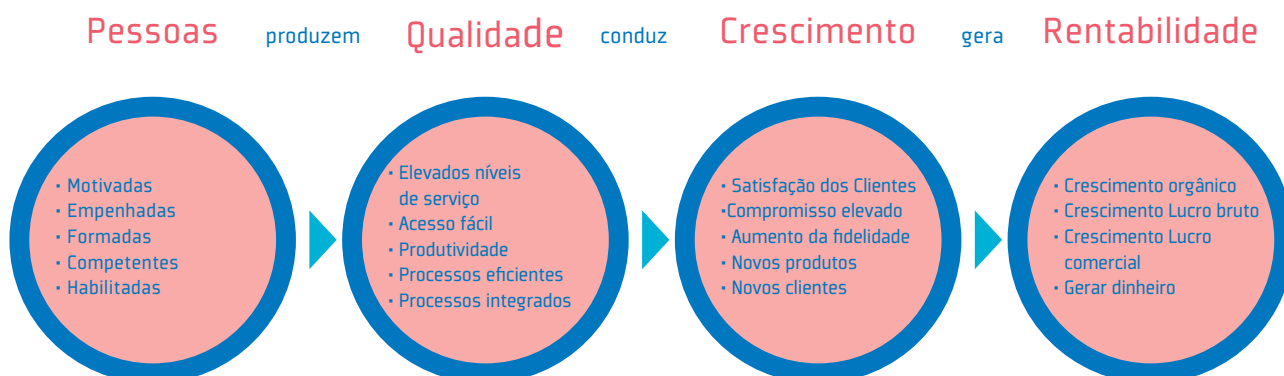
Na base do Modelo Estratégico da Alliance Healthcare encontra-se a motivação de sermos o distribuidor farmacêutico com a mais elevada qualidade de serviço do mercado. Este Modelo Estratégico está assente em quatro grandes e importantes conceitos, sendo que tudo começa nas Pessoas (motivadas, empenhadas, formadas, competentes, habilitadas).

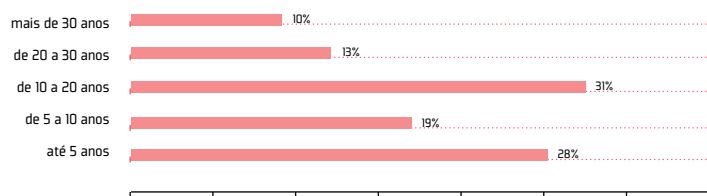
As nossas pessoas detêm o *know how* e experiência consolidada, resultantes de um elevado conhecimento dos mercados onde operamos e desafiam-se constantemente no sentido de incorporar a inovação, iniciativa e vontade de marcar a diferença que nos caracteriza.

Para tal é crucial o conhecimento profundo da população que constitui a Alliance Healthcare.

Contamos com equipas diversificadas, constituídas por profissionais de diferentes idades que podem aportar experiências pessoais e profissionais variadas.

Somos uma organização que valoriza a experiência acumulada, mas também novas ideias, novas abordagens, “novo sangue”. Contamos com equipas diversificadas, constituídas por profissionais de diferentes idades que podem aportar experiências pessoais e profissionais variadas. Só desta forma, acreditar poder liderar o setor, garantindo sempre inovação, iniciativa e vontade de marcar a diferença.





DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÃO DE ANTIGUIDADE

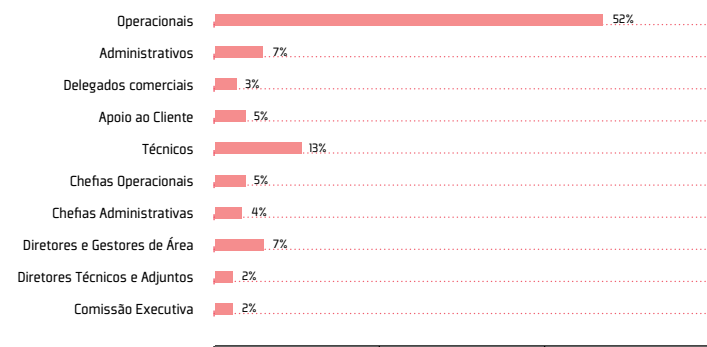
A estabilidade dos nossos colaboradores é visível no elevado índice de trabalhadores com vínculo permanente com a empresa.

Promovemos a igualdade de oportunidades entre sexos e recusamos qualquer tipo de discriminação.

Promovemos também o desenvolvimento dos nossos colaboradores fomentando o seu desenvolvimento académico e apoiando colaboradores com o regime de trabalhador-estudante.

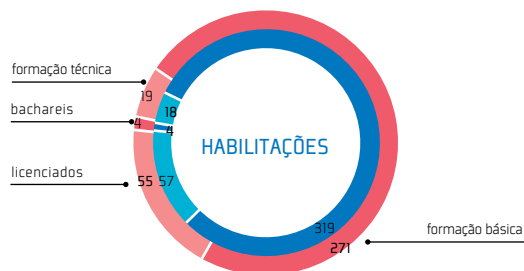
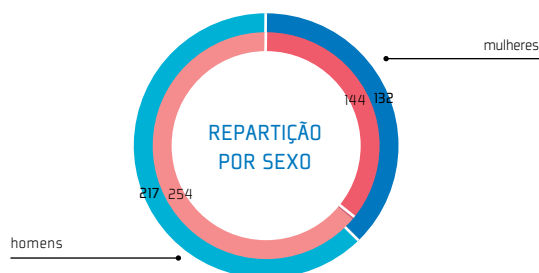
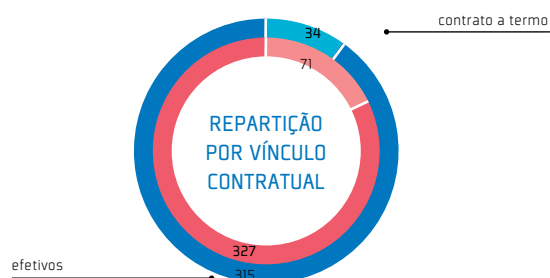
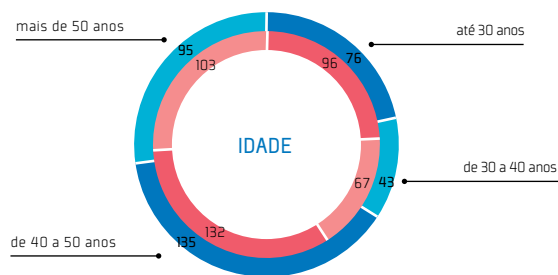
No final de 2011, a Alliance Healthcare integrava 349 colaboradores, dos quais 4 eram mestres, 51 eram licenciados, 4 eram bacharéis e 19 possuíam formação técnica específica.

A concentração da nossa força de trabalho está nas funções operacionais. São estas que diariamente suportam a atividade core da Alliance Healthcare.



DISTRIBUIÇÃO POR GRUPO FUNCIONAL

2011 2010



NORMA "INVESTORS IN PEOPLE"

Em 2011, com o objetivo de dar resposta às importantes alterações do mercado e contribuir para o significativo impacto positivo na rentabilidade da organização, adotamos a Norma *Investors In People*. Esta norma consiste numa ferramenta de desenvolvimento organizacional criada para aumentar a performance empresarial através das suas Pessoas. A implementação de um conjunto de boas práticas de gestão de recursos humanos permite ligar os resultados da empresa à performance das Pessoas suportada no princípio base

de que as Pessoas têm direitos e deveres. Trata-se de uma importante alteração na forma como a Empresa e as suas Pessoas se relacionam, passando obrigatoriamente por transformar a visão que ambas as partes têm uma da outra. Desta forma, é possível obter o melhor das nossas Pessoas e, em troca, possibilitar boas condições de trabalho, projeto de carreira,

formação orientada para a melhoria dos indicadores da empresa e do desenvolvimento das Pessoas, premiar o mérito, promover a igualdade de oportunidades, entre outros.

A certificação *Investors In People* é, pois, uma ferramenta de gestão que potencia a melhoria do desempenho da empresa através da aposta no desenvolvimento das suas Pessoas.

GESTÃO DE COMPETÊNCIAS

A gestão por competências está na base da estratégia de Gestão de Recursos Humanos da Alliance Healthcare, pois, tendo sempre presente os Valores da Empresa (Parceria, Confiança, Serviço, Iniciativa e Disponibilidade), são as competências que suportam os processos de recrutamento e seleção, de indução de novos colaboradores, de gestão de desempenho, de formação, de desenvolvimento de carreira, de reconhecimento, de planos de sucessão.

Neste âmbito, consideramos que a divulgação de oportunidades internas é um exemplo a seguir e uma forma de investirmos no crescimento profissional dos nossos colaboradores, que através de planos de acolhimento centrados numa aprendizagem global e não apenas focada na área de trabalho específica investimos no compromisso com a organização como um todo e que um sistema de gestão de desempenho assente em objetivos e competências, que permita comparar resultados esperados com resultados alcançados, permite identificar os gaps existentes e as respetivas necessidades de desenvolvimento individual. Por fim, com uma gestão por competências promovemos a cultura do reconhecimento e do mérito, estimulamos a responsabilidade e o desenvolvimento das nossas pessoas de forma transparente e criamos uma linguagem comum, o que nos permite mobilizar os colaboradores em torno dos objetivos estratégicos da empresa e que nos levará, consequentemente, à melhoria da qualidade do serviço prestado.

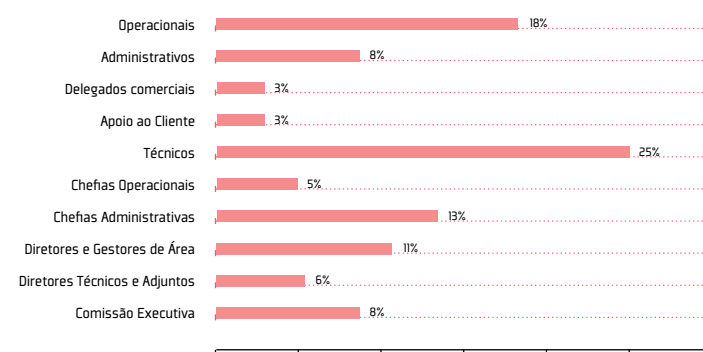
FORMAÇÃO

Na organização contamos com um grupo de profissionais com competências adequadas que

asseguram a formação contínua da restante equipa e a formação de integração e acolhimento dos novos elementos.

Principais Projetos de Formação e Desenvolvimento 2011	Volume de Formação %
Business Innovation Workshop	2%
Ciclo Performance Vendas – O Processo de Influência	0%
Entrepreneurial Management	7%
Feedback 360°	5%
Integração e Acolhimento	9%
Gestão de Tempos	2%
Higiene, Segurança e Ambiente	25%
Inglês de Negócios	4%
Alterações ao Código Laboral	0%
Novo Acordo Ortográfico	4%
Movimentação Mecânica de Cargas	17%
Pivotal – Sistema de Gestão de Reclamações	8%
Train the Trainer para formadores de Pivotal	1%
Outros Projetos	15%

Tipo de Formação	Volume de Formação %
Externa	42%
Interna	58%



VOLUME DE FORMAÇÃO POR GRUPO FUNCIONAL

PROCESSO-CHAVE

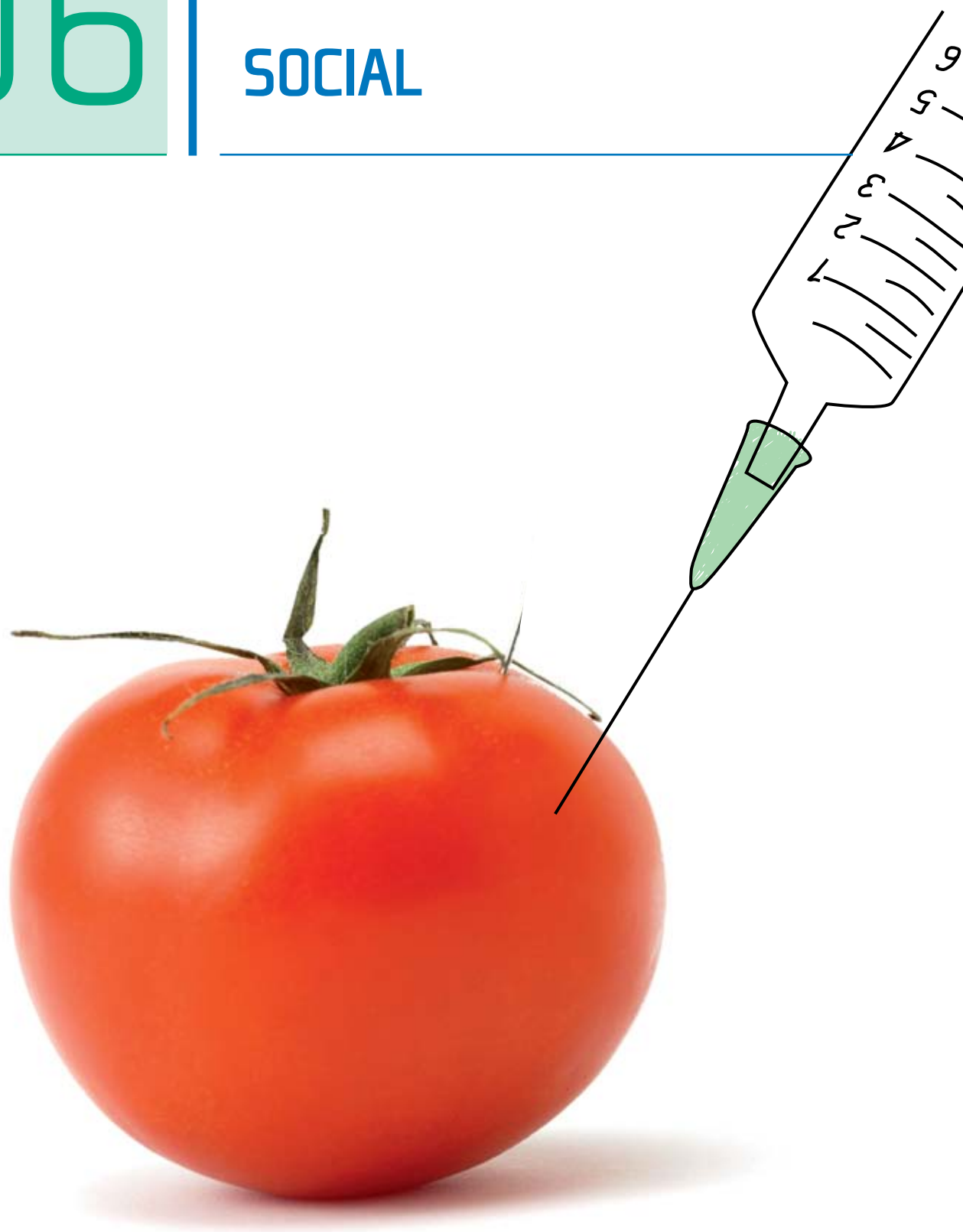
Na base da nossa estratégia está a convicção que pessoas motivadas, formadas e produtivas dão qualidade de serviço, o que por sua vez se transforma em satisfação do cliente, traz desenvolvimento sustentado para a Empresa e, neste conjunto, gera-se valor para os acionistas e para as pessoas.

Desta forma, o processo-chave do Recursos Humanos é Formar, Desenvolver, Qualificar e Motivar os Colaboradores e Manter um Ambiente de Trabalho seguro.

Assim, em 2011 foram implementados diversos mecanismos de planeamento, acompanhamento e controlo, como sendo Fatores Críticos de Sucesso na Gestão de Recursos Humanos: reporte rigoroso de informação, controlo de horas extraordinárias, registo de ações de formação, informação de saídas por iniciativa do colaborador, através de entrevistas de saída, controlo do absentismo, gestão e controlo de tempos.

06

RESPONSABILIDADE SOCIAL



■ *A intervenção responsável sobre as comunidades em que nos inserimos, o respeito e a intervenção sobre a preservação do meio ambiente, a adoção de práticas de mercado transparentes e ética e a manutenção de práticas laborais que respeitem os melhores padrões são os vetores fundamentais da política de responsabilidade social da Alliance Healthcare.*

Enquadrados em cada um destes vetores, levamos a cabo em 2011 diversas iniciativas, das quais se destacam:

AMBIENTE

O controlo dos impactos ambientais relacionados com a atividade, são uma preocupação da Alliance Healthcare. Sabemos que exercemos impactos sobre o meio ambiente em que vivemos, e temos implementada uma política ambiental e de consciencialização dos colaboradores orientada para a aplicação de boas práticas ambientais.

A política ambiental da Alliance Healthcare tem como principal objetivo a redução dos impactos ambientais relacionados com a sua atividade, através da diminuição do consumo de recursos naturais e correto tratamento e reciclagem dos seus resíduos.

Nesse âmbito foram delineados objetivos de performance ambiental, designadamente quanto ao consumo de energia elétrica, de combustível e de água, quanto à triagem e tratamento dos resíduos gerados na nossa atividade.

Os resultados da política de controlo dos seus impactos ambientais, traduziram-se numa redução de 15% de consumo direto de combustível e mantendo os consumos elétricos e de água estabilizados.

Através de um programa de gestão de rotas de distribuição, propusemo-nos a otimizar os percursos de distribuição e a reduzir o número de quilómetros percorridos pelas nossas viaturas na entrega de encomendas aos clientes, economizando combustível e reduzindo os impactos ambientais relacionados com as emissões poluentes.

Em 2011 foram geradas cerca de 360 toneladas de resíduos não perigosos para o ambiente, que foram devidamente segregados e encaminhados para centros de reciclagem. Foram ainda tratadas e neutralizadas, em condições ambientais adequadas, 7 toneladas de resíduos de medicamentos e produtos de farmácia. No decurso da nossa colaboração com o projeto VALORMED para a recolha de medicamentos usados procedemos à recolha de 31.000 contentores.

LOCAL DE TRABALHO

A atuação da Alliance Healthcare assenta no estabelecimento de relações laborais transparentes e éticas, garantindo práticas de não discriminação (baseadas em sexo, idade ou raça) e rejeição de procedimentos tais como contratação de menores ou recurso a trabalho infantil quer diretamente quer através de terceiros.

Cumprimos com as obrigações legais inerentes a uma relação laboral e disponibilizamos toda a informação necessária para que os nossos colaboradores sintam o seu local de trabalho como um espaço de confiança, respeito e de estabelecimento de relações fortes e duradouras.

COMUNIDADE

Durante 2011, mantivemos a nossa parceria com duas instituições de solidariedade social, a Novo Futuro e a Laço.

a) Novo Futuro - Lares de crianças e jovens



A Novo Futuro tem como missão criar lares familiares para apoiar crianças e jovens em risco, dando preferência a grupos de irmãos, sem distinção de idade, sexo, raça ou religião.

Com o objetivo de abrir e financiar o mais recente lar em Manique, a Novo Futuro organizou um concerto solidário intitulado "Ar de Rock" que contou com grandes nomes da música portuguesa e que foi um grande sucesso. A Alliance Healthcare como um dos patrocinadores desta iniciativa, convidou alguns dos seus clientes a estarem presentes.

Todos os anos a Novo Futuro organiza uma feira de solidariedade, a "Rastrillo", o seu principal evento anual de angariação de fundos. Este evento contou com o apoio da nossa equipa comercial Norte que organizou um grupo de voluntários para ajudar na feira. Com a sua experiência de vendas, foram certamente uma mais-valia para a Novo Futuro.

Durante a nossa Reunião de Excelência, um evento anual que contou com a participação dos colaboradores de todas as empresas do Grupo, organizámos um Bar Solidário cuja receita, através da venda de rifas em troca de bebidas, reverteu a favor da Novo Futuro.

b) Laço



A Laço é uma associação sem fins lucrativos com o objetivo de ter um impacto significativo na prevenção, diagnóstico e tratamento do cancro da mama no nosso país. Com a deteção preco-

ce e o tratamento adequado, a possibilidade de cura é de cerca de 90%, tornando a informação e as ações de sensibilização para o rastreio de elevada importância.

Em 2011 oferecemos à Laço dois computadores portáteis para utilização nos seus workshops na comunidade, que têm sido cada vez mais frequentes.

Na sequência da iniciativa que decorreu em 2010, pela importância que representou para a Laço e o seu impacto na comunidade em geral, a Alliance Healthcare organizou novamente em 2011, em parceria com a Laço, workshops para as farmácias clientes em mais 4 cidades, subordinados ao tema "Laços na Comunidade - a Farmácia ao Serviço da Comunidade" onde se abordou o programa de rastreio da mama e a importância da deteção precoce. Em 2011, estas formações contaram com 336 participantes. Com estas iniciativas, visamos promover a divulgação, por parte das farmácias junto dos seus utentes, da importância da deteção precoce como meio de redução da taxa de mortalidade desta doença. É de realçar que o conteúdo destas formações foi acreditado pela Ordem dos Farmacêuticos, sendo por isso uma mais-valia para os nossos clientes.

Em regime de voluntariado, continuamos a disponibilizar os serviços de uma colaboradora que assume a responsabilidade de Secretária da Assembleia Geral e Secretária da Direção da Laço.

No mês de outubro, mês do cancro da mama, realizamos o já habitual Dia Cor De Rosa à Quarta-feira, quando os colaboradores são convidados a vestirem uma peça de roupa cor de rosa para promover a sensibilização para esta doença.

OUTROS



No âmbito da parceria ao nível do Grupo Alliance Boots com a *European Organisation for the Research and Treatment of Cancer*, a maior organização europeia que desenvolve investigação sobre todos os tipos de cancro, organizámos internamente o sorteio de um iPhone 4 com vista à angariação de fundos para esta instituição.



Os toners usados nos armazéns e escritórios da empresa são entregues para reciclagem, cujo valor reverte a favor da Fundação do Gil. Promovemos assim, em simultâneo a defesa do ambiente e o apoio à comunidade.



De igual modo, recolhemos todos os telemóveis em fim de vida, que são entregues para reciclagem a favor da AMI.

MERCADO

Foram analisados e avaliados os documentos existentes de regulamento interno com o intuito de elaborar um documento mais abrangente, o Código de Conduta e de Ética Empresarial da Alliance Healthcare. Este Código de Conduta e de Ética Empresarial é uma parte integrante de boa gestão da Empresa que exige elevadas e consistentes normas de comportamento empresarial. O Código estabelece a ética, princípios e normas que têm que ser consistentemente garantidos e que toda a empresa deverá adotar e aplicar em todas as suas atividades.

Será anualmente reavaliado, revisto e atualizado pela equipa de Responsabilidade Social e pelo Comité Executivo da Alliance Healthcare, sempre que se justifique, para ter em consideração desenvolvimentos, alterações e as melhores práticas.

07

PROJETOS FUTUROS

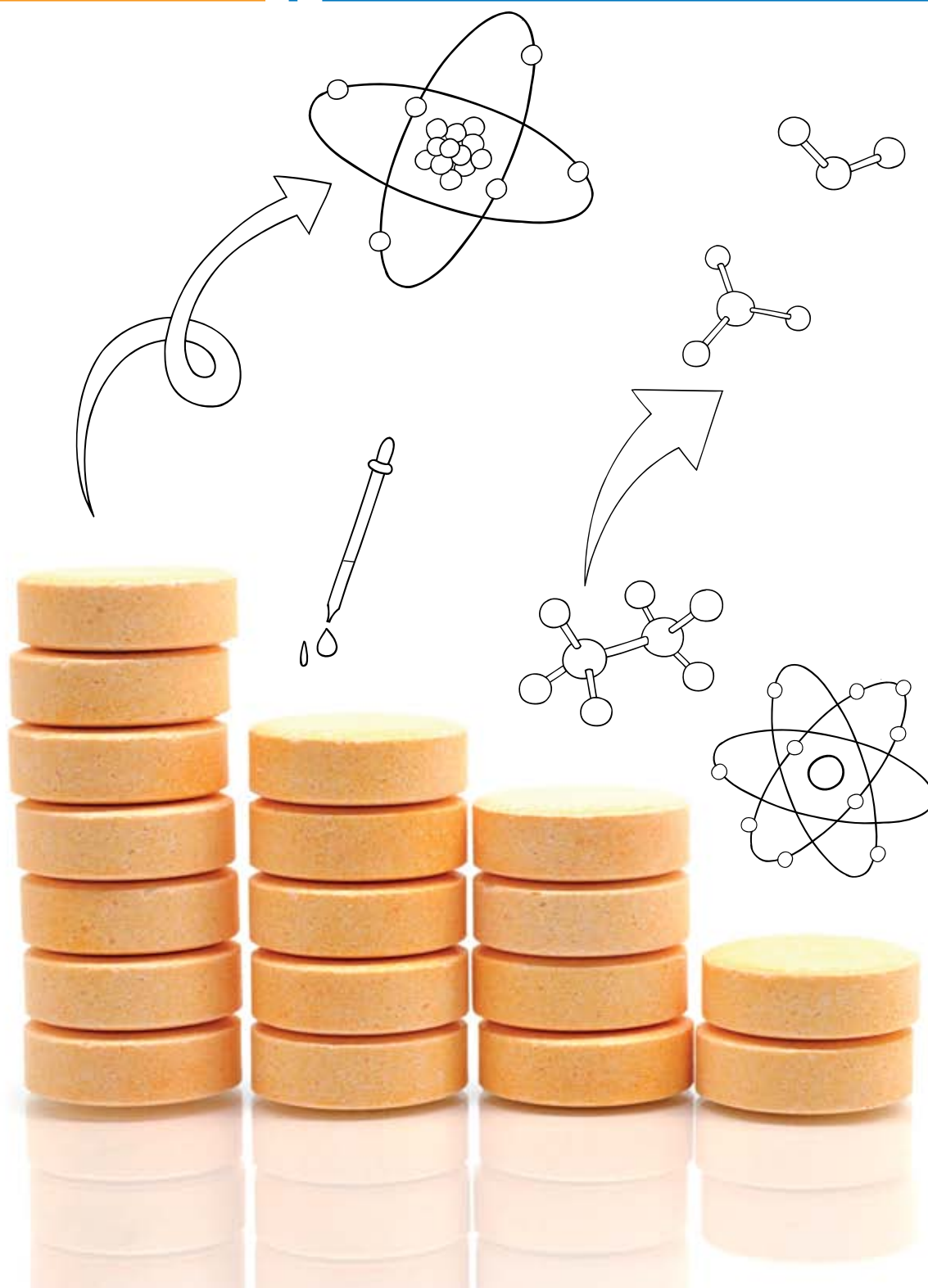


■ *Concluída a reorganização da estrutura operacional e organizacional, o ano de 2012 irá representar um ano importante para o futuro da Alliance Healthcare na medida em que serão implementadas medidas que irão permitir à empresa um maior alinhamento interno e com as necessidades dos seus clientes, promovendo o seu sucesso, destacando-se:*

- Adaptar a compreensão das necessidades dos clientes a programas e ações que permitam satisfazer de forma clara as suas expectativas;
- Promoção de um ambiente onde as Pessoas se sintam motivadas e com acesso a formação, tornando-as mais produtivas aumentando assim a qualidade de serviço prestado aos clientes;
- Garantir que a estrutura comercial se encontra totalmente focada nas vendas, alimentando uma relação comercial forte e diferenciada com os clientes;
- Desenvolvimento dos meios e serviços informáticos necessários ao desenvolvimento da atividade, garantindo um serviço de excelência ao seu cliente interno;
- Melhoria significativa do serviço prestado às farmácias;
- Continuar a gestão de certificações que garantam a implementação e manutenção de boas práticas empresariais.

08

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS



Propomos a seguinte aplicação para os resultados líquidos do exercício negativo no valor de € 1.432.761:

•Transferência para resultados transitados: € 1.432.761

09

NOTA
FINAL



O sucesso da Alliance Healthcare, enquadrado num ambiente onde somos constantemente confrontados com novos desafios e onde os recursos e as competências da organização são permanentemente testados, deve-se sobretudo à confiança e determinação de todos aqueles que connosco caminham na construção de um projeto de excelência, tornando-nos um elo vital na cadeia do medicamento.

O nosso agradecimento,

- a todos os colaboradores da Alliance Healthcare, pela sua dedicação e paixão pelo serviço aos clientes;
- aos nossos acionistas, pela confiança e apoio constante na condução dos desígnios da Alliance Healthcare;
- aos nossos clientes, pela sua preferência e contributo na melhoria contínua do nosso serviço;
- a todos os nossos parceiros de negócio, pela partilha das suas competências na criação conjunta de valor.

Porto, 30 de março de 2012

O Conselho de Administração

João Cordeiro
Ornella Barra
Fernando Melo
Nuno Lopes
Terence Scicluna

10

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS

BALANÇOS NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

RUBRICAS	NOTAS	31 DEZ 2011	31 DEZ 2010
ATIVO			
ATIVO NÃO CORRENTE			
Ativos fixos tangíveis	6	10.871.970	12.419.267
Ativos intangíveis	8	1.001.357	1.075.707
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	9	8.397.629	7.769.249
Participações financeiras - outros métodos	9	2.494	2.494
Outros ativos financeiros	12	37.379.821	40.993.643
Ativos por impostos diferidos	10	2.792.232	1.128.158
		60.445.503	63.388.518
Ativo corrente			
Inventários	11	37.777.382	43.925.039
Clientes	12	91.692.964	114.593.454
Estado e outros entes públicos	18	1.734.165	1.759.850
Outras contas a receber	12	1.740.730	2.766.736
Diferimentos	13	545.907	308.722
Caixa e depósitos bancários	4 e 12	2.866.810	10.594.889
		136.357.958	173.948.690
TOTAL DO ATIVO		196.803.461	237.337.208
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital próprio			
Capital realizado	14	2.500.000	2.500.000
Outros instrumentos de capital próprio	14	55.937.241	55.937.241
Prêmios de emissão	14	8.843.687	8.843.687
Reservas legais	14	569.117	569.117
Outras reservas	14	(12.502.004)	(12.502.004)
Resultados transitados		24.742.719	22.664.087
Ajustamentos em ativos financeiros		(516.349)	(516.349)
		79.574.411	77.495.779
Resultado líquido do exercício		(1.432.761)	8.314.532
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		78.141.650	85.810.311
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	16	5.061.370	4.383.005
Financiamentos obtidos	17	18.316.401	28.631.517
Outras contas a pagar	17	188.788	224.023
		23.566.559	33.238.545
Passivo corrente			
Fornecedores	17	41.495.257	54.936.532
Estado e outros entes públicos	18	273.385	346.258
Financiamentos obtidos	17	47.230.319	54.771.156
Outras contas a pagar	17	6.015.427	7.539.022
Diferimentos		-	338.884
Passivos financeiros detidos para negociação	17	80.864	356.500
		95.095.252	118.288.352
TOTAL DO PASSIVO		118.661.811	151.526.897
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		196.803.461	237.337.208

Valores expressos em Euros

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS POR NATUREZAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	31 DEZ 2011	31 DEZ 2010
Vendas e serviços prestados	19	483.081.782	570.180.150
Subsídios à exploração	15	33.056	37.891
Ganhos/(perdas) imputados de subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	9	(404.152)	(837.629)
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	11	(448.609.383)	(530.035.459)
Fornecimentos e serviços externos	20	(13.159.344)	(12.356.995)
Gastos com o pessoal	21	(11.032.961)	(11.681.897)
Imparidade de inventários [(perdas)/reversões]	11	253.513	(405.260)
Imparidade de dívidas a receber [(perdas)/reversões]	12	(7.711.936)	(469.831)
Provisões [(aumentos)/reduções]	16	(753.972)	151.161
Imparidade de investimentos não depreciáveis / amortizáveis (perdas / reversões)	9	(12.500)	-
Outros rendimentos e ganhos	23	529.580	96.846
Outros gastos e perdas	23	(1.094.119)	(338.580)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.119.564	14.340.397
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	22	(2.244.343)	(1.727.826)
Imparidade de investimentos depreciáveis/amortizáveis [(perdas)/reversões]	6	120.000	(120.000)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		(1.004.779)	12.492.571
Juros e rendimentos similares obtidos	24	2.875.260	1.858.838
Juros e gastos similares suportados	24	(3.542.536)	(2.696.152)
Resultado antes de impostos		(1.672.055)	11.655.257
Imposto sobre o rendimento do exercício	10	239.294	(3.340.725)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(1.432.761)	8.314.532
Resultado por ação básico		(2,87)	16,63

Valores expressos em Euros

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

DESCRIÇÃO	NOTAS	CAPITAL REALIZADO	OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO	PRÊMIOS DE EMISSÃO
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO - 1 DE JANEIRO DE 2010		2.500.000	55.937.241	8.843.687
Alterações no exercício				
Resultado líquido do exercício				
Resultado integral				
Operações com detentores de capital no exercício				
Distribuições				
Aplicação do resultado líquido de 2009		-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO - 31 DE DEZEMBRO DE 2010		2.500.000	55.937.241	8.843.687
POSIÇÃO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO - 1 DE JANEIRO DE 2011		2.500.000	55.937.241	8.843.687
Alterações no exercício				
Resultado líquido do exercício				
Resultado integral				
Operações com detentores de capital no exercício				
Distribuições	28			
Aplicação do resultado líquido de 2010		-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO - 31 DE DEZEMBRO DE 2011		2.500.000	55.937.241	8.843.687

RESERVAS LEGAIS	OUTRAS RESERVAS	RESULTADOS TRANSITADOS	AJUSTAMENTOS EM ATIVOS FINANCEIROS	RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO
569.117	(12.502.004)	19.533.429	(516.349)	12.190.025	86.555.146
				8.314.532	8.314.532
				8.314.532	8.314.532
				(9.059.367)	(9.059.367)
		3.130.658		(3.130.658)	-
-	-	3.130.658	-	(12.190.025)	(9.059.367)
569.117	(12.502.004)	22.664.087	(516.349)	8.314.532	85.810.311
569.117	(12.502.004)	22.664.087	(516.349)	8.314.532	85.810.311
				(1.432.761)	(1.432.761)
				(1.432.761)	(1.432.761)
				(6.235.900)	(6.235.900)
		2.078.632		(2.078.632)	-
-	-	2.078.632	-	(8.314.532)	(6.235.900)
569.117	(12.502.004)	24.742.719	(516.349)	(1.432.761)	78.141.650

Valores expressos em Euros

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

RUBRICAS	NOTAS	31 DEZ. 2011	31 DEZ. 2010
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		523.206.149	615.490.323
Pagamentos a fornecedores		(492.195.574)	(588.953.371)
Pagamentos ao pessoal		(6.838.305)	(7.392.187)
Caixa gerada pelas operações		24.172.270	19.144.765
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(1.207.174)	(4.862.927)
Outros recebimentos/pagamentos		(2.717.147)	(3.010.389)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		20.247.949	11.271.449
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(1.711.973)	(2.694.516)
Ativos intangíveis		(267.557)	(239.250)
Investimentos financeiros		(750.000)	
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		2.875.094	1.843.540
Dividendos		38.250	38.250
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		183.814	(1.051.976)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		577.751.868	660.629.043
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(596.981.419)	(656.093.059)
Juros e gastos similares		(4.174.643)	(3.267.765)
Dividendos		(6.235.900)	(9.059.367)
Outras operações de financiamento		(360.077)	(221.462)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(30.000.171)	(8.012.610)
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		(9.568.408)	2.206.863
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	10.569.361	8.362.498
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	1.000.953	10.569.361

Valores expressos em Euros

ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A Alliance Healthcare, S.A. (“Empresa” ou “Alliance Healthcare”) é uma sociedade anónima, foi constituída em 6 de dezembro de 1991 e tem a sua sede social no Porto.

Durante o exercício de 2011, a Alliance Healthcare desenvolveu a sua atividade em 4 armazéns, os quais permitiram obter uma cobertura total do território continental, servindo diariamente cerca de 2.000 farmácias com o suporte de 384 colaboradores e níveis de automatização na ordem dos 77% das linhas faturadas nos armazéns de Lisboa e Porto.

De acordo com dados da IMS, a Alliance Healthcare teve no ano de 2011 uma quota de mercado acumulada de 22% sendo líder no mercado nacional.

A Empresa tal como se encontra hoje é o resultado de fusões sucessivas de cerca de 15 empresas nacionais ao longo dos últimos 16 anos, donde se realçam nomes como: Grando & Irmão, Manso Preto, Martins Machado e Bilelo, Eulália Baeta Pereira, Ramalho Fernandes, Orquil, etc.

Em 1999 ocorreu a reorganização do Grupo em Portugal que, à semelhança do que acontecera na Europa, concretizou um processo de fusão entre as empresas dos Grupos UniChem e Alliance Santé, dando origem à Alliance UniChem.

Em maio de 2000 foi adquirida a Portifarma – Armazenistas e Distribuidores de Medicamentos, Sociedade Unipessoal Lda., que permitiu consolidar a liderança da Empresa no mercado Algarvio.

Em 25 de junho de 2003, no âmbito da aquisição, por parte do Grupo Alliance UniChem, da totalidade das ações representativas do capital social da Tagifar II – Farmacêutica, S.A. e no âmbito de um processo de reorganização operacional do Grupo, a Empresa procedeu à aquisição do imobilizado e da maioria das existências daquela participada.

Em 2004, com efeitos retroativos a 1 de janeiro, ocorreu a fusão na Alliance UniChem Farmacêutica, S.A. das sociedades Tagifar II – Farmacêutica, S.A. e Alliance UniChem Portuguesa SGPS, Lda., o qual constituiu mais um passo no sentido da maximização das eficiências operacionais e de gestão do negócio em Portugal.

Em junho de 2005, o principal acionista da Alliance UniChem Farmacêutica, S.A. procedeu à alienação de 49% da sua participação à Farminveste, S.A., uma empresa participada da Associação Nacional das Farmácias, e 2% à José de Mello Participações II, S.A. do Grupo José de Mello.

Em 2006 o Grupo Alliance UniChem através de uma fusão com a Boots tornou-se o maior operador europeu na área da distribuição e retalho farmacêutico.

Com efeitos a partir de 1 de março de 2007 a Empresa procedeu à alteração da sua denominação social para Alliance Healthcare, S.A..

Em finais de 2007, o Grupo de empresas nacionais foi alargado, tendo sido adquirida a Alloga Portugal, Lda. e constituídas duas novas sociedades: a Alliance Healthcare Participações, SGPS, Unipessoal, Lda. e a Almus, Lda..

Na sequência do movimento de ampliação do Grupo de empresas nacionais, foi parcialmente adquirida em setembro de 2009 a sociedade Proconfar – Produtos de Consumo e Farmacêuticos, S.A..

Atualmente o capital de conhecimento e experiência angariados ao longo deste percurso continuam a ser um dos ativos de maior valor desta Empresa que ambiciona ser cada vez mais uma referência no mercado onde se insere.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em Euros e foram aprovadas pelo Conselho de Administração, na reunião de 30 de março de 2012. Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal.

O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da Empresa, bem como a sua posição e desempenho financeiros e fluxos de caixa.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, no quadro das disposições em vigor em Portugal, em conformidade com o Decreto-Lei nº 158/2009, de 13 de julho, e de acordo com a estrutura conceptual, normas contabilísticas e de relato financeiro e normas interpretativas aplicáveis ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas na preparação das demonstrações financeiras anexas são as seguintes:

3.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro.

3.2 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição ou produção, o qual inclui o custo de compra e quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após os bens se encontrarem em condições de serem utilizados, pelo método das quotas constantes, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas, para cada grupo de bens:

	ANOS
Edifícios e outras construções	10 - 50
Equipamento básico	3 - 20
Equipamento de transporte	4 - 12
Equipamento administrativo	3 - 20
Outros ativos fixos tangíveis	3 - 16

As vidas úteis e método de amortização dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas é reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados.

As despesas de manutenção e reparação (dispendios subsequentes) que não são suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais são registadas como gastos no período em que são incorridas.

Os investimentos em curso representam ativos fixos tangíveis ainda em fase de construção/montagem, encontrando-se registados ao custo de aquisição, o qual engloba custos com empréstimos obtidos.

O ganho (ou a perda) resultante da venda ou abate de ativos fixos tangíveis é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de amortizações acumuladas, registrada do ativo, sendo reconhecido na rubrica da demonstração dos resultados "Outros rendimentos e ganhos operacionais" ou "Outros gastos e perdas operacionais", conforme aplicável.

3.3 Locações

As locações são classificadas como financeiras sempre que os seus termos transferem substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do bem para o locatário. As restantes locações são classificadas como operacionais. A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são registados no início da locação pelo menor de entre o justo valor dos ativos e o valor presente dos pagamentos mínimos da locação. Os pagamentos de locações financeiras são repartidos entre encargos financeiros e redução da responsabilidade, de modo a ser obtida uma taxa de juro constante sobre o saldo pendente da responsabilidade.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como gasto na demonstração dos resultados numa base linear durante o exercício do contrato de locação.

3.4 Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e eventuais perdas por imparidade acumuladas.

Os ativos intangíveis são constituídos basicamente por software, o qual é amortizado pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual está compreendido entre 3 e 6 anos.

3.5 Imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos fixos tangíveis e intangíveis da Empresa com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade.

É reconhecida uma perda por imparidade sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável a qual consiste no maior de entre (i) o justo valor deduzido de custos para vender e (ii) o valor de uso. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. A imparidade é registada na demonstração dos resultados na rubrica de "Perdas por imparidade", salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio caso em que tal perda será tratada como um decréscimo daquela revalorização.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que estas já não existem ou diminuíram, sendo esta análise efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações) caso a perda por imparidade anterior não tivesse sido registada.

3.6 Participações financeiras em subsidiárias

Os investimentos em subsidiárias são registados pelo método da equivalência patrimonial, segundo o qual as participações financeiras são registadas inicialmente pelo seu custo de aquisição e posteriormente ajustadas em função das alterações verificadas, após a aquisição, na quota-parte da Empresa nos ativos líquidos das correspondentes entidades. Os resultados da Empresa incluem a parte que lhe corresponde nos resultados dessas entidades.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis de cada entidade adquirida na data de aquisição é reconhecido como goodwill e é mantido no valor de investimento financeiro. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um rendimento do exercício.

É feita uma avaliação dos investimentos financeiros em subsidiárias quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registadas como gastos na demonstração dos resultados as perdas por imparidade que se demonstrem existir.

Quando a proporção da Empresa nos prejuízos acumulados da subsidiária excede o valor pelo qual o investimento se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo, exceto quando a Empresa tenha assumido compromissos de cobertura de prejuízos da associada, casos em que as perdas adicionais

determinam o reconhecimento de um passivo. Se posteriormente a associada relatar lucros, a Empresa retoma o reconhecimento da sua quota-parte nesses lucros somente após a sua parte nos lucros igualar a parte das perdas não reconhecidas.

Os ganhos não realizados em transações com subsidiárias são eliminados proporcionalmente ao interesse da Empresa nas mesmas, por contrapartida da correspondente rubrica do investimento. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não resulte de uma situação em que o ativo transferido esteja em imparidade.

3. 7 Inventários

Os inventários encontram-se registados ao menor de entre o custo e o valor líquido de realização. O custo dos inventários inclui os descontos obtidos dos fornecedores diretamente atribuíveis à aquisição dos mesmos, nomeadamente os creditados posteriormente à compra, utilizando-se o custo médio como método de custeio. O valor líquido de realização representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para concluir os inventários e para efetuar a sua venda.

São registadas perdas por imparidade em inventários para refletir a diferença entre o seu valor de custo e o respetivo valor líquido de realização na data do balanço, nos casos em que este seja inferior. As variações do exercício nas perdas por imparidade de inventários são registadas na rubrica de resultados "Imparidade de inventários [(perdas) / reversões]".

Na rubrica "Inventários" estão também registadas as devoluções de produtos farmacêuticos aos laboratórios, enquanto se aguarda a emissão da respetiva nota de crédito, uma vez que, embora uma parte destes inventários possam já não se encontrar nas instalações da Empresa, esta retém a maioria dos riscos e benefícios associados à posse dos mesmos.

3.8 Ativos e passivos financeiros

Os ativos e os passivos financeiros são reconhecidos no balanço quando o Grupo se torna parte das correspondentes disposições contratuais, sendo utilizado para o efeito o previsto na NCRF 27 – Instrumentos financeiros.

Os ativos e os passivos financeiros são assim mensurados de acordo com os seguintes critérios: (i) ao custo ou custo amortizado e (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

(i) Ao custo ou custo amortizado:

São mensurados "ao custo ou custo amortizado" os ativos e os passivos financeiros que apresentem as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

O custo amortizado é determinado através do método do juro efetivo. O juro efetivo é calculado através da taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro na quantia líquida escriturada do ativo ou passivo financeiro [taxa de juro efetiva].

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

a) Clientes e outras dívidas de terceiros

Os saldos de clientes e de outras dívidas de terceiros são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade, as quais são estimadas de acordo com critérios de índole económica definidos pelo Conselho de Administração das Empresas.

b) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é insignificante.

Estes ativos são mensurados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes ativos financeiros não difere do seu valor nominal.

c) Outros ativos financeiros

Os outros ativos financeiros, que incluem acordos de regularização de dívida de clientes a mais de um ano, são registados ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas por imparidade.

d) Fornecedores e outras dívidas a terceiros

Os saldos de fornecedores e de outras dívidas a terceiros são registrados ao custo amortizado. Usualmente, o custo amortizado destes passivos financeiros não difere do seu valor nominal.

e) Financiamentos obtidos

Os empréstimos encontram-se registrados no passivo ao custo amortizado. Eventuais despesas incorridas com a obtenção desses financiamentos, designadamente, comissões bancárias, assim como os encargos com juros e despesas similares, são reconhecidas pelo método do juro efetivo em resultados do exercício ao longo do período de vida desses financiamentos. As referidas despesas incorridas, enquanto não estiverem reconhecidas, são apresentadas a deduzir à rubrica de "Financiamentos obtidos".

(ii) Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados:

Todos os ativos e passivos financeiros não incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são incluídos na categoria "ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados".

Tais ativos e passivos financeiros são mensurados ao justo valor, sendo as variações no respetivo justo valor registadas em resultados nas rubricas "Perdas por reduções de justo valor" e "Ganhos por aumentos de justo valor".

Nesta categoria incluem-se, consequentemente, os seguintes ativos e passivos financeiros:

Ativos e passivos financeiros detidos para negociação

São considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação os que sejam adquiridos ou incorridos, essencialmente, com a finalidade de venda ou liquidação no curto prazo ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros geridos como um todo e que apresentem evidência de terem recentemente proporcionado lucros reais.

Os instrumentos financeiros derivados são, por definição, considerados ativos ou passivos financeiros detidos para negociação.

A Empresa utiliza instrumentos financeiros derivados na gestão dos seus riscos financeiros unicamente como forma de garantir a cobertura desses riscos. Derivados para negociação (especulação) não são utilizados pela Empresa.

Os instrumentos financeiros derivados utilizados pela Empresa respeitam a "swaps" de taxa de juros afetos à cobertura do risco de taxa de juro nos empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, os prazos de vencimento dos juros e os prazos de reembolso dos mesmos são similares às condições estabelecidas nos "swaps" de taxa de juro contratados.

Todavia, dado que de acordo com os requisitos da NCRF 27 – Instrumentos financeiros, o instrumento de cobertura se revela ineficaz e, portanto, não pode ser registado de acordo com a contabilização de cobertura, a variação no seu justo valor é registada no ativo ou no passivo por contrapartida da demonstração dos resultados, na rubrica "Juros e gastos similares suportados".

(iii) Imparidade de ativos financeiros:

Os ativos financeiros incluídos na categoria "ao custo ou custo amortizado" são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato. Tais ativos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objetiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afetados.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e o valor presente na data de relato dos novos fluxos de caixa futuros estimados descontados à respetiva taxa de juro efetiva original.

Para os ativos financeiros mensurados ao custo, a perda por imparidade a reconhecer corresponde à diferença entre a quantia escriturada do ativo e a melhor estimativa do justo valor do ativo na data de relato.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica "Perdas por imparidade" no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e tal diminuição pode ser objetivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida [custo amortizado] caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica "Reversões de perdas por imparidade".

Não é permitida a reversão de perdas por imparidade registada em investimentos em instrumentos de capital próprio (mensurados ao custo).

(iv) Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros:

A Empresa desreconhece ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram por cobrança, ou quando transfere para outra entidade o controlo desses ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos.

Consequentemente, no caso de saldos de clientes titulados por letras e cheques pré-datados descontados e não vencidos à data do balanço, pelo facto da Empresa ter retido substancialmente os riscos e benefícios inerentes à posse de tais ativos, continua a reconhecer os mesmos nas suas demonstrações financeiras, na rubrica de “Clientes”, registando no passivo na rubrica “Financiamentos obtidos” a contrapartida monetária do seu desconto até ao momento do seu efetivo recebimento.

3.9 Rédito e especialização dos exercícios

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito é reconhecido na demonstração de resultados, deduzido do montante de devoluções, descontos e outros abatimentos e não inclui IVA e outros impostos liquidados relacionados com a venda.

O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens associados à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A Empresa não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com base na percentagem de acabamento da transação/serviço, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Empresa;
- Os custos incorridos ou a incorrer com a transação podem ser mensurados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação/serviço pode ser mensurada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Empresa e o seu montante possa ser mensurado com fiabilidade.

O rédito proveniente de dividendos é reconhecido quando se encontra estabelecido o direito da Empresa a receber o correspondente montante.

3.10 Juízos de valor críticos e principais fontes de incerteza associadas a estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos, pelo Conselho de Administração, que afetam as divulgações, as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados por referência à data de relato com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Análises de imparidade de ativos fixos tangíveis e intangíveis;
- Análises de imparidade de investimentos financeiros;
- Registo de ajustamentos aos valores dos ativos e provisões;

- Estimativa dos descontos a receber de fornecedores na data de relato;
- Estimativa dos descontos a conceder a clientes na data de relato

3.11 Impostos sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício registado na demonstração dos resultados corresponde à soma dos impostos correntes com os impostos diferidos. Os impostos correntes e os impostos diferidos são registados em resultados, salvo quando os impostos diferidos se relacionam com itens registados diretamente no capital próprio, caso em que são registados no capital próprio.

O imposto corrente é calculado de acordo com a legislação aplicável, com base no lucro tributável da empresa. O lucro tributável difere do resultado contabilístico, uma vez que exclui diversos gastos e rendimentos que apenas serão dedutíveis ou tributáveis em outros exercícios, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

Os impostos diferidos referem-se às diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data em que se prevê a reversão das diferenças temporárias subjacentes (dedutíveis ou tributáveis), com base nas taxas de tributação (e legislação fiscal) que estejam formalmente emitidas na data de relato.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis. Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar.

Na data de cada balanço é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos, no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos ativos por impostos diferidos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura

3.12 Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira (moeda diferente da moeda funcional da Empresa) são registadas às taxas de câmbio das datas das transações. Em cada data de relato, as quantias escrituradas dos itens monetários denominados em moeda estrangeira são atualizadas às taxas de câmbio dessa data. Os itens não monetários registados ao justo valor denominado em moeda estrangeira são atualizados às taxas de câmbio das datas em que os respetivos justos valores foram determinados. As quantias escrituradas dos itens não monetários registados ao custo histórico denominados em moeda estrangeira não são atualizadas.

As diferenças de câmbio apuradas na data de recebimento ou pagamento das transações em moeda estrangeira e as resultantes das atualizações atrás referidas são registadas na demonstração dos resultados do período em que são geradas.

3.13 Provisões

As provisões são registadas quando a Empresa tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante dum acontecimento passado, é provável que para a liquidação dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

O montante das provisões registadas consiste No valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação. Tal estimativa, revista em cada data de relato, é determinada tendo em consideração os riscos e incertezas associados a cada obrigação.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados sempre que a possibilidade de existir uma saída de recursos englobando benefícios económicos não seja remota. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, sendo divulgados quando for provável a existência de um influxo económico futuro de recursos.

3.14 Encargos financeiros com empréstimos obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Os encargos financeiros de empréstimos obtidos relacionados com a aquisição, construção ou produção de ativos fixos tangíveis são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. A capitalização destes encargos financeiros tem início quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda. Tal capitalização cessa quando substancialmente todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso pretendido ou para a sua venda estejam concluídas. Adicionalmente, a capitalização é suspensa durante os períodos extensos em que o desenvolvimento das atividades atrás referidas seja interrompido. Quaisquer rendimentos gerados por empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

3.15 Especialização dos exercícios

A Empresa regista os seus rendimentos e gastos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas nas rubricas "Outras contas a receber", "Outras contas a pagar" e "Diferimentos", conforme aplicável.

3.16 Acontecimentos subsequentes

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionam informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço ("adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos) são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionam informação sobre condições ocorridas após a data do balanço ("non adjusting events" ou acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos) são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materiais.

4. FLUXOS DE CAIXA

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica caixa e seus equivalentes inclui numerário, depósitos bancários imediatamente mobilizáveis (de prazo inferior ou igual a três meses) e aplicações de tesouraria no mercado monetário, líquidos de descobertos bancários e de outros financiamentos de curto prazo equivalentes. A rubrica Caixa e seus equivalentes em 31 de dezembro de 2011 e 2010 detalha-se conforme se segue:

	2011	2010
Numerário	5.655	10.687
Depósitos bancários	2.861.155	10.584.202
	2.866.810	10.594.889
Descobertos bancários (Nota 17)	(1.865.857)	(25.528)
	1.000.953	10.569.361

Valores expressos em Euros

A rubrica da Demonstração dos fluxos de caixa "Pagamentos respeitantes a Investimentos Financeiros", no montante de 750.000 Euros, respeita a prestações acessórias efetuadas na participada Almus, Lda., as quais totalizaram 1.170.000 Euros dos quais 420.000 Euros por conversão de suprimentos.

5. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas, nem corrigidos erros materiais relativos a exercícios anteriores.

6. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos fixos tangíveis e respetivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2011	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Ativos:	500.147	3.811.008	16.236.430	333.556	4.584.854	764.903	424.910	26.655.808
Saldo inicial	-	3.458	22.547	2.118	275.490	93.704	149.535	546.852
Aquisições	-	(241.328)	(1.009.161)	(16.188)	(326.780)	(24.210)	(14.468)	(1.632.135)
Alienações e abates	-	-	419.824	92.132	23.231	-	(535.187)	-
Transferências								
	500.147	3.573.138	15.669.640	411.618	4.556.795	834.397	24.790	25.570.525
Amortizações Acumuladas e perdas por imparidade:								
Saldo inicial	-	(1.119.718)	(8.772.644)	(289.327)	(3.494.020)	(560.832)	-	(14.236.541)
Amortizações do exercício	-	(358.754)	(1.107.674)	(21.212)	(310.153)	(109.914)	-	(1.907.707)
Reversão de perdas por imparidade do exercício	-	120.000	-	-	-	-	-	120.000
Alienações e abates	-	62.927	942.917	16.188	294.718	8.943	-	1.325.693
Transferências	-	-	1.280	(1.280)	-	-	-	-
	-	(1.295.545)	(8.936.121)	(295.631)	(3.509.455)	(661.803)	-	(14.698.555)
Ativos Líquidos	500.147	2.277.593	6.733.519	115.987	1.047.340	172.594	24.790	10.871.970

Valores expressos em Euros

2010	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EDIFÍCIOS E OUTRAS CONSTRUÇÕES	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Ativos:								
Saldo inicial	500.147	3.760.328	11.767.505	329.201	3.920.474	639.495	1.808.866	22.726.016
Aquisições	-	48.440	165.586	4.355	418.231	125.408	3.710.833	4.472.853
Alienações e abates	-	-	(466.548)	-	(62.953)	-	(13.560)	(543.061)
Transferências	-	2.240	4.769.887	-	309.102	-	(5.081.229)	-
	500.147	3.811.008	16.236.430	333.556	4.584.854	764.903	424.910	26.655.808
Amortizações Acumuladas e perdas por imparidade:								
Saldo inicial	-	(887.890)	(8.342.115)	(271.702)	(3.217.955)	(494.380)	-	(13.214.042)
Amortizações do exercício	-	(111.828)	(897.077)	(17.625)	(337.949)	(66.452)	-	(1.430.931)
Perdas por imparidade do exercício	-	(120.000)	-	-	-	-	-	(120.000)
Alienações e abates	-	-	466.548	-	61.884	-	-	528.432
	-	(1.119.718)	(8.772.644)	(289.327)	(3.494.020)	(560.832)	-	(14.236.541)
Ativos Líquidos	500.147	2.691.290	7.463.786	44.229	1.090.834	204.071	424.910	12.419.267

Valores expressos em Euros

Durante o exercício de 2011, os aumentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis dizem essencialmente respeito à aquisição de:

- Estantes fixas e dinâmicas;
- Equipamento de comunicação de voz e dados.

A perda por imparidade no montante de 120.000 Euros, registada no exercício findo em 31 de dezembro de 2010, na rubrica de edifícios e outras construções, dizia respeito às obras realizadas no armazém de Aveiro, cujo contrato de arrendamento foi resolvido antecipadamente (1 de março de 2011), e relativamente às quais a Empresa não foi resarcida pelo proprietário do referido imóvel. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011 a referida imparidade foi revertida na sequência do abate dos respetivos bens.

As amortizações do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 ascenderam a 1.907.707 Euros (1.430.931 Euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2010), e encontram-se registadas na rubrica da demonstração dos resultados "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" (Nota 22).

7. LOCAÇÕES

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Empresa é locatária em contratos de locação financeira relacionados com equipamento diverso, os quais se encontram denominados em Euros.

Os bens detidos em regime de locação financeira em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são detalhados conforme se segue:

CONTA/BEM	VALOR DE CUSTO 31 DEZ. 2011	AMORTIZAÇÃO 2011	VALOR LÍQUIDO 31 DEZ. 2011	VALOR LÍQUIDO 31 DEZ. 2010
Equipamento básico / Automatização	1.939.971	(711.323)	1.228.648	1.422.645
Equipamento administrativo / "Call Centre"	407.444	(50.795)	356.649	239.583
	2.347.415	(762.118)	1.585.297	1.662.228

Valores expressos em Euros

Os pagamentos mínimos das locações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010, podem detalhar-se como se segue:

PRAZO	31 Dez. 2011	31 Dez. 2010
A menos de 1 ano (Nota 17)	363.511	305.796
A mais de 1 ano e a menos de 5 anos (Nota 17)	1.016.401	1.267.974
A mais de 5 anos (Nota 17)	-	-
	1.379.912	1.573.770

Valores expressos em Euros

Os pagamentos de locação financeira não incluem qualquer valor referente a rendas contingentes.

A Empresa utiliza diversos escritórios e armazéns através de contratos de locação operacional, os quais são todos canceláveis mediante aviso prévio e as rendas são atualizadas anualmente, com base em indicadores da inflação e/ou de mercado, com exceção de um contrato de prestação de serviços que a Empresa celebrou com uma entidade relacionada (JUTAI – Sociedade Imobiliária, S.A.), que inclui a afetação de um espaço físico no Edifício ANF (situado no Porto) destinado ao exercício da sua atividade comercial na zona norte do país, composto por um armazém e escritórios. Este contrato tem um prazo de 15 anos, não podendo ser parcial ou totalmente resolvido pela Empresa durante o período contratual que estiver em curso, sob pena de se constituir na obrigação de pagar uma indemnização equivalente ao montante das remunerações vincendas até ao termo do período contratual em causa.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os pagamentos mínimos de locações operacionais são detalhados como se segue:

PRAZO	31 Dez. 2011	31 Dez. 2010
A menos de 1 ano	1.747.048	238.710
A mais de 1 ano e a menos de 5 anos	6.227.075	65.351
A mais de 5 anos	13.999.608	-
	21.973.731	304.061

Valores expressos em Euros

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram reconhecidos gastos com locações operacionais, na rubrica da demonstração dos resultados "Fornecimentos e serviços externos", conforme se segue:

CLASSIFICAÇÃO	2011	2010
Edifícios	2.031.666	758.611
Viaturas	1.030.639	1.160.650
Outros	55.181	95.500
	3.117.486	2.014.761

Valores expressos em Euros

Os montantes pagos pela Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no valor de 1.557.630 Euros, no âmbito do contrato de prestação de serviços anteriormente referido, encontra-se refletida na rubrica de trabalhos especializados

8. ATIVOS INTANGÍVEIS

O movimento ocorrido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 no montante dos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, foi o seguinte:

2011	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Ativos:			
Saldo inicial	2.614.880	5.270	2.620.150
Aquisições	254.133	8.153	262.286
Alienações e abates	-	-	-
Transferências	13.423	(13.423)	-
	2.882.436	-	2.882.436
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:			
Saldo inicial	(1.544.443)	-	(1.544.443)
Amortizações do exercício	(336.636)	-	(336.636)
Alienações e abates	-	-	-
	(1.881.079)	-	(1.881.079)
	1.001.357	-	1.001.357

Valores expressos em Euros

2010	PROGRAMAS DE COMPUTADOR	ATIVOS INTANGÍVEIS EM CURSO	TOTAL
Ativos:			
Saldo inicial	2.438.865	426.210	2.865.075
Aquisições	186.585	52.665	239.250
Alienações e abates	(484.175)	-	(484.175)
Transferências	473.605	(473.605)	-
	2.614.880	5.270	2.620.150
Amortizações acumuladas e perdas por imparidade:			
Saldo inicial	(1.731.723)	-	(1.731.723)
Amortizações do exercício	(296.895)	-	(296.895)
Alienações e abates	484.175	-	484.175
	(1.544.443)	-	(1.544.443)
	1.070.437	5.270	1.075.707

Valores expressos em Euros

Durante o exercício de 2011, os aumentos ocorridos nos ativos intangíveis dizem essencialmente respeito a investimentos relacionados com a aquisição de Sistemas de informação.

As amortizações do exercício findo em 31 de dezembro de 2011, no montante de 336.636 Euros (296.895 Euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2010), foram registadas na rubrica da demonstração dos resultados "Gastos/reversões de depreciação e de amortização" (Nota 22).

9. INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 o movimento ocorrido na rubrica "Participações financeiras", incluindo as respetivas perdas por imparidade, foi o seguinte:

2011	MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL				CUSTO		
	VALOR DO INVESTIMENTO	PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	PERDAS POR IMPARIDADE	TOTAL	VALOR DO INVESTIMENTO	TOTAL	PROVISÕES [NOTA 16]
Participações financeiras							
Saldo inicial	915.416	7.999.000	(1.145.167)	7.769.249	2.494	7.771.743	(75.607)
Método da equivalência patrimonial	55.115	-	(459.267)	(404.152)	-	(404.152)	-
Distribuição de dividendos	(38.250)	-	-	(38.250)	-	(38.250)	-
Outras variações	(11.111)	1.170.000	(12.500)	1.146.389	-	1.146.389	-
Transferências	-	-	(75.607)	(75.607)	-	(75.607)	75.607
	921.170	9.169.000	(1.692.541)	8.397.629	2.494	8.400.123	-

Valores expressos em Euros

2010	MÉTODO DA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL				CUSTO		
	VALOR DO INVESTIMENTO	PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	PERDAS POR IMPARIDADE	TOTAL	VALOR DO INVESTIMENTO	TOTAL	PROVISÕES [NOTA 16]
Participações financeiras							
Saldo inicial	814.008	7.999.000	(243.487)	8.569.521	2.494	8.572.015	-
Método da equivalência patrimonial	139.658	-	(798.674)	(659.016)	-	(659.016)	(75.607)
Distribuição de dividendos	(38.250)	-	-	(38.250)	-	(38.250)	-
Outras variações	-	-	(103.006)	(103.006)	-	(103.006)	-
	915.416	7.999.000	(1.145.167)	7.769.249	2.494	7.771.743	(75.607)

Valores expressos em Euros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de "Valor do investimento" é composta conforme se descremina:

	2011	2010
Alloga Portugal, Lda.	396.174	366.826
Proconfar - Produtos de Consumo e Farmacêuticos, S.A.	524.996	548.590
	921.170	915.416

Valores expressos em Euros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica de "Participações financeiras" inclui prestações suplementares, as quais não vencem juros, conforme se descremina:

	2011	2010
Alliance Healthcare Participações, SGP5, Unipessoal, Lda.	7.600.000	7.600.000
Alloga Portugal, Lda.	354.000	354.000
Almus, Lda.	1.215.000	45.000
	9.169.000	7.999.000

Valores expressos em Euros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os principais indicadores financeiros dos investimentos em subsidiárias são como segue:

2011	SEDE	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL DE RENDIMENTOS	RESULTADO LÍQUIDO	PARTICIPAÇÃO DIRECTA (%)	PARTICIPAÇÃO INDIRECTA (%)	PROPORÇÃO NO RESULTADO
Alliance Healthcare Participações, SGPS, Unipessoal, Lda.*	Porto	12.370.504	6.070.377	6.300.127	-	(375.102)	100,00.	-	(375.102)
Proconfar - Produtos de Consumo e Farmacêuticos, S.A.*	Ponta Delgada	19.355.482	13.041.240	6.314.242	38.533.811	505.242	5,10.	45,90.	25.767
Alloga Portugal, Lda.*	Lisboa	9.968.863	7.205.509	2.763.355	25.052.962	293.479	10,00.	90,00.	29.348
Almus, Lda.*	Porto	607.129	1.189.854	(582.725)	1.207.213	(841.653)	10,00.	90,00.	(84.165)
									(404.152)

Valores expressos em Euros

2010	SEDE	ATIVO	PASSIVO	CAPITAL PRÓPRIO	TOTAL DE RENDIMENTOS	RESULTADO LÍQUIDO	PARTICIPAÇÃO DIRECTA (%)	PARTICIPAÇÃO INDIRECTA (%)	PROPORÇÃO NO RESULTADO
Alliance Healthcare Participações, SGPS, Unipessoal, Lda.*	Porto	10.902.705	4.227.475	6.675.230	-	(754.001)	100,00.	-	(754.001)
Proconfar - Produtos de Consumo e Farmacêuticos, S.A.*	Ponta Delgada	16.408.979	9.849.977	6.559.002	39.182.119	1.350.883	5,10.	45,90.	68.895
Alloga Portugal, Lda.*	Lisboa	11.849.378	9.379.501	2.469.877	32.798.865	707.631	10,00.	90,00.	70.763
Almus, Lda.*	Porto	104.555	1.265.627	(1.161.072)	686.634	(1.202.801)	10,00.	90,00.	(120.280)
									(734.623)

Valores expressos em Euros

* Demonstrações financeiras provisórias e pendentes de aprovação pelos respetivos órgãos sociais.

Os investimentos em subsidiárias são registados pelo método da equivalência patrimonial.

10. IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social) exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2008 a 2011 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão.

A Administração da Empresa entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2011 e 2010 que não se encontrem cobertas pelas provisões entretanto constituídas (Nota 16).

Nos termos do artigo 88º do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) a Empresa encontra-se sujeita adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

O gasto com impostos sobre o rendimento em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhado conforme se segue:

DESCRIÇÃO	OPERAÇÕES NA DR 2011	OPERAÇÕES NA DR 2010
Imposto corrente do exercício	(1.168.743)	(3.161.376)
Imposto de anos anteriores		
Excesso/(insuficiência) de estimativa de imposto	(980)	312.851
Impostos diferidos		
Ativos por impostos diferidos reconhecidos no exercício		
com origem em diferenças temporárias	2.340.869	893.326
Ativos por impostos diferidos reconhecidos em exercícios		
anteriores e objecto de reversão no exercício relativos a diferenças temporárias	(1.056.779)	(1.103.798)
Ajustamentos de conversão POC - SNC		
Ativos por impostos diferidos reconhecidos no exercício		
com origem em diferenças temporárias	255.059	234.832
Ativos por impostos diferidos reconhecidos em exercícios		
anteriores e objecto de reversão no exercício relativos a diferenças temporárias	(130.132)	(516.560)
	1.408.037	(179.349)
Gasto com impostos sobre o rendimento	239.294	(3.340.725)

Valores expressos em Euros

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a taxa efetiva de imposto é demonstrada como segue:

DESCRIÇÃO	2011	2010
Resultados antes de impostos (I)	(1.672.055)	11.655.257
Taxa de imposto (sem taxa de derrama estadual)	26,5%	26,5%
Imposto	(443.095)	3.088.643
20% dos ajustamentos de conversão POC-SNC com relevância fiscal	(130.132)	(94.016)
	(573.227)	2.994.627
Constituição/(reversão) de provisões/imparidades não aceites fiscalmente:		
Diferenças temporárias	1.539.149	(210.472)
Diferenças permanentes	(31.635)	27.317
Ajustamentos de conversão POC-SNC		
Diferenças temporárias	-	(187.712)
Diferenças permanentes (MEP)	120.549	216.280
Outros custos e proveitos não aceites fiscalmente	(102.993)	11.104
Derrama estadual	40.080	249.683
Tributação autónoma	176.821	60.549
Imposto corrente	1.168.744	3.161.376
Efeito do registo de ativos por impostos diferidos	(1.539.149)	210.472
Efeito dos impostos diferidos s/ ajustamentos de conversão POC-SNC	130.132	281.728
Excesso/(insuficiência) de estimativas de anos anteriores	979	(312.851)
Imposto sobre lucros do exercício (II)	(239.294)	3.340.725
Taxa efectiva (II/I)	14,31%	28,66%

Valores expressos em Euros

Durante o exercício de 2010, foi introduzido um novo imposto ("Derrama estadual"), o qual implica um agravamento da taxa de imposto em 2,5 p.p. mas apenas na parte do lucro tributável que exceda 2.000.000 Euros. Face a esta alteração, a Empresa no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 passou a registar os impostos diferidos à taxa de 28,5% (valor entre os 26,5% de imposto e os 29% do imposto a aplicar à parte dos lucros acima dos 2.000.000 Euros), por considerar ser uma taxa aproximada à taxa à qual a Empresa reverte as suas diferenças temporárias.

De acordo com a Lei do Orçamento de Estado para 2012, foram introduzidas alterações ao cálculo da "Derrama Estadual", nomeadamente no sentido do seu agravamento. Contudo, face ao lucro tributável expectável para os próximos exercícios, considerou-se que a taxa de 28,5% utilizada em 2010 continuava a ser adequada, razão pela qual não se efetuou qualquer alteração.

O detalhe dos ativos e passivos por impostos diferidos, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é como segue:

DESCRIÇÃO	2011	2010
Diferenças temporárias que originaram o registo de ativos por impostos diferidos no exercício		
Perdas de imparidade para contas a receber	6.697.800	2.777.978
Ajustamentos em inventários	561.513	-
Outras provisões	702.480	-
Amortizações extraordinárias em edifícios	251.782	-
Ativos por impostos diferidos afectos a ajustamentos de conversão PDC-SNC e outros	1.583.727	1.180.468
	9.797.302	3.958.446
Ativos por impostos diferidos		
Perdas de imparidade para contas a receber	1.908.873	791.724
Ajustamentos em inventários	160.031	-
Outras provisões	200.207	-
Amortizações extraordinárias em edifícios	71.758	-
Ativos por impostos diferidos afectos a ajustamentos de conversão PDC-SNC e outros	451.363	336.434
	2.792.232	1.128.158

Valores expressos em Euros

O movimento ocorrido nos ativos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foi como segue:

	2011	2010
Saldo inicial	1.128.158	1.620.358
Efeito em resultados:		
Provisões não aceites fiscalmente	200.207	-
Amortizações extraordinárias	71.758	-
Perdas de imparidade para contas a receber	1.117.149	(214.803)
Ajustamentos de inventários	160.031	-
Ativos por impostos diferidos afectos a ajustamentos de conversão PDC-SNC e outros	114.929	(399.687)
Saldo final	2.792.232	1.128.158

Valores expressos em Euros

11. INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, os inventários da Empresa eram detalhados conforme se segue:

NATUREZA	2011	2010
Mercadorias	38.467.325	44.868.495
Perdas por imparidade acumuladas	(689.943)	(943.456)
	37.777.382	43.925.039

Valores expressos em Euros

Em 31 de dezembro de 2011, as existências devolvidas e as existências a aguardar devolução a laboratórios, em virtude de ter expirado o prazo de validade dos medicamentos, por questões de ordem técnica ou devido a diminuições de preços, encontram-se registadas na rubrica de "Inventários" e ascendem a 3.266.958 Euros (6.082.661 Euros em 31 de dezembro de 2010).

O custo das mercadorias vendidas reconhecido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhado como se segue:

	2011	2010
Existências iniciais	44.868.495	41.660.677
Compras	442.208.213	533.243.277
Existências finais	(38.467.325)	(44.868.495)
Custo do exercício	448.609.383	530.035.459

Valores expressos em Euros

A evolução das perdas por imparidade acumuladas de inventários nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhada conforme se segue:

	2011		
	SALDO INICIAL	AUMENTO	REVERSÃO
Inventários			
Mercadorias	943.456	96.492	(350.005)
	943.456	96.492	(350.005)

Valores expressos em Euros

	2010		
	SALDO INICIAL	AUMENTO	REVERSÃO
Inventários			
Mercadorias	538.196	480.056	(74.796)
	538.196	480.056	(74.796)

Valores expressos em Euros

Os aumentos e as reversões de perdas por imparidade de inventários foram registados na rubrica da demonstração de resultados "Imparidade de inventários [(perdas)/reversões]".

12. ATIVOS FINANCEIROS

As categorias de ativos financeiros em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são detalhadas conforme se segue:

	2011			2010		
	MONTANTE BRUTO	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	MONTANTE LÍQUIDO	MONTANTE BRUTO	PERDAS POR IMPARIDADE ACUMULADAS	MONTANTE LÍQUIDO
Disponibilidades						
Caixa	5.655	-	5.655	10.687	-	10.687
Depósitos à ordem	2.861.155	-	2.861.155	10.584.202	-	10.584.202
	2.866.810	-	2.866.810	10.594.889	-	10.594.889
Ao custo amortizado - corrente						
Clientes c/c e c/ letras	98.390.764	(6.697.800)	91.692.964	117.371.432	(2.777.978)	114.593.454
Outras contas a receber	1.866.084	(125.354)	1.740.730	2.824.204	(57.468)	2.766.736
	100.256.848	(6.823.154)	93.433.694	120.195.636	(2.835.446)	117.360.190
Ao custo amortizado - não corrente						
Estado e outros entes públicos	3.686.454	(1.843.227)	1.843.227	3.686.454	(1.843.227)	1.843.227
Suprimentos - subsidiárias	4.226.425	-	4.226.425	4.646.425	-	4.646.425
Clientes de cobrança duvidosa	16.086.265	(15.882.686)	203.579	12.590.067	(12.123.379)	466.688
Clientes c/c e c/ letras	31.320.511	(213.921)	31.106.590	34.286.303	(249.000)	34.037.303
	55.319.655	(17.939.834)	37.379.821	55.209.249	(14.215.606)	40.993.643
	158.443.313	(24.762.988)	133.680.325	185.999.774	(17.051.052)	168.948.722

Valores expressos em Euros

Clientes e outras contas a receber – ativo não corrente

O montante classificado como não corrente nas rubricas de clientes diz, essencialmente, respeito a acordos de regularização de dívida celebrados com os clientes, os quais vencem juros e cujo vencimento é superior a um ano.

O saldo da rubrica “Estado e outros entes públicos”, classificado como não corrente, diz respeito a montantes pagos às Autoridades Fiscais relativamente aos quais é entendimento da Empresa que os mesmos lhes serão reembolsados (Nota 16).

O montante de 4.226.425 Euros registado na rubrica “Suprimentos-subsidiárias”, diz respeito a empréstimos concedidos pela Empresa às suas subsidiárias, os quais não vencem juros, nem têm prazo de reembolso definido.

Outras contas a receber – ativo corrente

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a rubrica “Outras contas a receber” apresentava a seguinte composição:

ATIVO CORRENTE	2011	2010
Devedores por acréscimos de rendimentos	991.326	1.804.044
Outros devedores	874.758	1.020.160
Perdas por imparidade acumuladas	(125.354)	(57.468)
	1.740.730	2.766.736

Valores expressos em Euros

A rubrica “Devedores por acréscimos de rendimentos” diz, essencialmente, respeito a serviços a faturar relativos à prestação de serviços à IMS – International Market Services, no montante de 480.000 Euros (545.000 Euros em 31 de dezembro de 2010), bem como a descontos a obter de fornecedores no montante de 377.316 Euros (1.219.952 Euros em 31 de dezembro de 2010).

Rendimentos e gastos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os rendimentos, gastos, ganhos e perdas relacionados com ativos financeiros são detalhados conforme se segue:

	2011	2010
Juros - método da taxa de juro efetiva (Nota 24)	2.382.930	1.247.401
Perdas por imparidade líquidas	(7.711.936)	(469.831)
	(5.329.006)	777.570

Valores expressos em Euros

O movimento das perdas por imparidade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, são como se segue:

	2011			
	SALDO INICIAL	AUMENTO	UTILIZAÇÃO	SALDO FINAL
Clientes	15.150.357	7.644.050	-	22.794.407
Estado e outros entes públicos	1.843.227	-	-	1.843.227
Outros devedores	57.468	67.886	-	125.354
	17.051.052	7.711.936	-	24.762.988

Valores expressos em Euros

	2010			
	SALDO INICIAL	AUMENTO	UTILIZAÇÃO	SALDO FINAL
Clientes	14.620.930	529.427	-	15.150.357
Estado e outros entes públicos	1.843.227	-	-	1.843.227
Outros devedores	117.064	-	(59.596)	57.468
	16.581.221	529.427	(59.596)	17.051.052

Valores expressos em Euros

13. DIFERIMENTOS ATIVOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 as rubricas do ativo corrente “Diferimentos” apresentavam a seguinte composição:

	2011	2010
Seguros pagos antecipadamente	71.239	72.917
Rendas pagas antecipadamente	4.895	45.312
Peças sobressalentes	225.402	-
Outros	244.371	190.493
	545.907	308.722

Valores expressos em Euros

A rubrica “Peças sobressalentes” diz respeito a peças sobressalentes, adquiridas pela Empresa no seguimento da reorganização da sua plataforma logística na zona norte. Este valor vai sendo reconhecido em resultados pelo consumo das peças, através da sua incorporação nos equipamentos a que se destinam.

14. INSTRUMENTOS DE CAPITAL PRÓPRIO

Capital social

Em 31 de dezembro de 2011, o capital social, no montante de 2.500.000 Euros, encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo representado por 500.000 ações com um valor nominal de 5 Euros, cada.

A quantia escriturada do capital social emitido pela Empresa em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhada conforme se segue:

Capital	
Valor nominal	2.500.000
Prêmios de emissão	8.843.687
	11.343.687

Valores expressos em Euros

Os prêmios de emissão de ações só podem ser utilizados na cobertura de prejuízos que não possam ser cobertos pelo lucro do exercício nem pela utilização de outras reservas, ou para incorporação no capital.

Outros instrumentos de capital próprio

A rubrica de "Outros instrumentos de capital próprio" refere-se a prestações acessórias, as quais não vencem juros e foram concedidas pelas três acionistas, em montantes proporcionais à sua participação no capital social da Empresa, como a seguir se descremina:

	2011	2010
Alliance Boots Group Ltd.	27.409.248	27.409.248
Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	27.409.248	27.409.248
José de Mello Participações II, SGPS, S.A.	1.118.745	1.118.745
	55.937.241	55.937.241

Valores expressos em Euros

Reserva legal

A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a reserva legal ascendia a 569.117 Euros.

Outras reservas

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a rubrica "Outras reservas" não apresentou qualquer movimento.

Distribuições

O resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2010 foi aplicado, conforme deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 17 de maio de 2011, como segue:

Dividendos:	
Alliance Boots Group Ltd.	3.055.591
Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	3.055.591
José de Mello Participações II, SGPS, S.A.	124.718
	6.235.900
Resultados transitados	2.078.632
Resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2010	8.314.532

Valores expressos em Euros

15. SUBSÍDIOS DO GOVERNO E APOIOS DO GOVERNO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Empresa beneficiou dos seguintes subsídios à exploração:

	2011	2010
Instituto de Gestão do Fundo Social Europeu	33.056	37.891
	33.056	37.891

Valores expressos em Euros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 os valores recebidos, destinaram-se a subsidiar gastos incorridos pela Empresa com a formação profissional dos seus colaboradores, tendo sido reconhecidos na demonstração de resultados na parte proporcional aos gastos incorridos.

16. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e 2010, ocorreram os seguintes movimentos na rubrica de provisões:

					2011
CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	TRANSFERÊNCIA	SALDO FINAL
Método da equivalência patrimonial (Nota 9)	75.607	-	-	(75.607)	-
Outras provisões	4.307.398	753.972	-	-	5.061.370
	4.383.005	753.972	-	(75.607)	5.061.370

Valores expressos em Euros

					2010
CONTAS	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	TRANSFERÊNCIA	SALDO FINAL
Método da equivalência patrimonial (Nota 9)	-	-	-	75.607	75.607
Outras provisões	4.458.559	-	(151.161)	-	4.307.398
	4.458.559	-	(151.161)	75.607	4.383.005

Valores expressos em Euros

O incremento de 753.972 Euros registado nesta rubrica no exercício de 2011 está relacionado com: (i) processo de reestruturação da Empresa e (ii) estimativa de devoluções.

As contas fiscais consolidadas apresentadas pela Alliance UniChem Portuguesa, SGPS, Lda. (sociedade entretanto fusionada na Empresa), foram sujeitas a inspeção tributária relativamente ao exercício de 1993, tendo sido efetuadas correções à matéria coletável, no valor de 4.758.691 Euros. Dado o desacordo da Empresa quanto ao fundamento das referidas correções, foi apresentado oportunamente o respetivo pedido de impugnação tributária. No final do exercício de 2002 e no decurso do processo de amnistia fiscal implementado pelo Governo, a Empresa, motivada pelo crescimento dos encargos associados a este processo, procedeu ao pagamento do valor do imposto nas seguintes condições:

- i. Pagamento do imposto liquidado no valor de 3.249.166 Euros, relativo aos exercícios de 1993 a 1998;
- ii. Manutenção do processo de impugnação, actualmente sob apreciação em tribunal;
- iii. Manutenção de possibilidade de reembolso do imposto pago caso seja proferida decisão judicial favorável à Alliance Healthcare;
- iv. Eliminação do risco associado aos juros e penalizações no âmbito do processo em caso de decisão judicial desfavorável à Alliance Healthcare.

Em 2003, no âmbito do mesmo processo, foi igualmente pago pela Empresa o montante de 437.288 Euros relativo ao exercício de 1999.

Em virtude do Conselho de Administração da Empresa entender que existem possibilidades de êxito no recurso interposto, decidiu registar, em exercícios anteriores, os montantes pagos (3.686.454 Euros) às Autoridades Fiscais na rubrica do ativo não corrente "Outros ativos financeiros - Estado e outros entes públicos" e proceder a um ajustamento de 50% daquele montante (Nota 12).

Durante os exercícios de 2004 a 2011, a Empresa foi sujeita a inspeções tributárias aos exercícios de 2000 a 2007, no âmbito das quais foram recebidas liquidações adicionais em sede de IRC, no montante total de, aproximadamente, 10.470.000 Euros, dos quais:

- (i) 7.000.000 Euros relativos, essencialmente, à não aceitação como custo fiscal e à consideração como despesas não documentadas de determinados pagamentos efetuados nos exercícios de 2000 a 2002, para as quais, embora a Empresa esteja em desacordo com a Administração Fiscal no que respeita aos fundamentos das correções propostas (posição corroborada pelos seus consultores legais e fiscais), constituiu uma provisão no montante de, aproximadamente, 4.000.000 Euros para fazer face a tais riscos;
- (ii) 2.870.000 Euros referentes ao exercício de 2004 (a qual foi recebida durante o exercício de 2008) relativa à não aceitação como operação neutra fiscalmente, da fusão invertida entre a Empresa e a Alliance Unichem S.G.P.S., Lda. apurando, consequentemente, uma mais-valia fiscal dessa operação; o Conselho de Administração da Empresa, assim como os seus consultores fiscais, entendem que a fundamentação apresentada pela Administração Tributária não está de acordo com a legislação fiscal portuguesa pelo que apresentou uma impugnação judicial relativamente à referida liquidação adicional. Deste modo, não foi registada nas demonstrações financeiras anexas qualquer provisão para fazer face a um eventual desfecho favorável deste processo;
- (iii) 600.000 Euros relativos ao exercício de 2007 (recebida no início de 2011), com origem no apuramento de mais-valias fiscais resultantes do alegado exercício do direito de opção de compra do edifício da sede no âmbito de um contrato de locação operacional. Não foi registada nas demonstrações financeiras anexas qualquer provisão para fazer face a um eventual desfecho favorável deste processo, dado que o Conselho de Administração da Empresa, assim como os seus consultores fiscais, entendem que a fundamentação apresentada pela Administração Tributária não está de acordo com a legislação fiscal portuguesa.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, a Empresa tinha assumido as seguintes responsabilidades por garantias prestadas:

	2011	2010
Direção Geral de Contribuições e Impostos	13.216.208	12.488.147
EDP – Electricidade de Portugal	2.075	29.059
BP Portuguesa	8.978	8.978
Tribunal do Trabalho	5.422	5.422
Ministério da Defesa Nacional	15.000	-
	13.247.683	12.531.606

Valores expressos em Euros

17. PASSIVOS FINANCEIROS

Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 as rubricas de “Fornecedores” e de “Outras contas a pagar” apresentavam a seguinte composição:

FORNECEDORES	2011	2010
Fornecedores c/c	41.399.642	53.588.596
Fornecedores c/ facturas em receção e conferência	95.615	1.347.936
	41.495.257	54.936.532

Valores expressos em Euros

OUTRAS CONTAS A PAGAR – CORRENTE	2011	2010
Pessoal	155.449	132.289
Fornecedores de investimentos	614.299	1.808.843
Credores por acréscimos de gastos	4.524.642	5.597.045
Empresas subsidiárias – RETGS	721.037	-
Outros credores	-	845
	6.015.427	7.539.022

Valores expressos em Euros

OUTRAS CONTAS A PAGAR – NÃO CORRENTE	2011	2010
Outros credores	188.788	224.023
	188.788	224.023

Valores expressos em Euros

A rubrica “Credores por acréscimo de gastos”, em 31 de dezembro de 2011 e 2010, detalha-se como se segue:

CREDITORES POR ACRÉSCIMO DE GASTOS	2011	2010
Descontos a conceder	3.150.782	4.054.046
Férias e subsídios de férias a pagar (Nota 21)	1.232.590	1.191.243
Outros	141.270	351.756
	4.524.642	5.597.045

Valores expressos em Euros

Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, são detalhados como se segue:

31 DEZ. 2011						31 DEZ. 2010		
MONTANTE UTILIZADO						MONTANTE UTILIZADO		
	LIMITE	CORRENTE	NÃO CORRENTE	VENCIMENTO	TIPO DE AMORTIZAÇÃO	LIMITE	CORRENTE	NÃO CORRENTE
Instituições financeiras:								
Papel comercial:								
Papel comercial	7.700.000	1.400.000	6.300.000	2016	prazo de emissão	8.600.000	-	8.600.000
Papel comercial	12.000.000	-	11.000.000	2013	prazo de emissão	12.000.000	-	12.000.000
Papel comercial	16.500.000	16.500.000	-	2014	prazo de emissão	28.500.000	23.500.000	-
Papel comercial	12.000.000	12.000.000	-	2014	prazo de emissão	12.000.000	12.000.000	-
Papel comercial	4.000.000	-	-	2013	prazo de emissão	5.000.000	-	-
	52.200.000	29.900.000	17.300.000			66.100.000	35.500.000	20.600.000
Empréstimos bancários:								
Empréstimo	6.727.276	6.727.276	-	2012	semestral	13.454.547	6.727.273	6.727.274
Conta caucionada	15.500.000	2.500.000	-	2012	n.a.	2.500.000	2.500.000	-
	22.227.276	9.227.276	-			15.954.547	9.227.273	6.727.274
Outros empréstimos obtidos:								
Descoberto bancário (Nota 4)	13.500.000	1.865.857	-	renovável	n.a.	26.000.000	25.528	-
Letras descontadas	15.877.900	5.698.842	-	renovável	n.a.	24.250.000	9.300.820	-
Locação financeira (Nota 7)	1.151.043	224.771	926.272	2015	mensal	1.372.381	222.463	1.149.918
Locação financeira (Nota 7)	228.869	138.740	90.129	2013	mensal	201.389	83.333	118.056
	30.757.812	7.928.210	1.016.401			51.823.770	9.632.144	1.267.974
	105.185.088	47.055.486	18.316.401			133.878.317	54.359.417	28.595.248
Ajustamento custo amortizado	-	174.833	-			-	411.739	36.269
	105.185.088	47.230.319	18.316.401			133.878.317	54.771.156	28.631.517

Valores expressos em Euros

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o "Papel comercial" classificado como não corrente decorre de contratos de emissão de papel comercial para os quais existe uma garantia de emissão a mais de um ano, e em que não existe um direito unilateral de denúncia do contrato por parte do Banco.

A parcela classificada como não corrente relativa a "Papel comercial" e "Empréstimos bancários" tem o seguinte plano de reembolso definido:

	2011	2010
Papel comercial		
2013	12.400.000	12.000.000
2014	1.400.000	-
2015	1.400.000	-
2016	2.100.000	8.600.000
	17.300.000	20.600.000
Empréstimos bancários		
2012	-	6.727.274
	-	6.727.274

Valores expressos em Euros

Em 31 de dezembro de 2011, a rubrica "Financiamentos obtidos", considera um empréstimo, no montante de 6.727.276 Euros, contratado em agosto de 2005 pela Alliance Healthcare. Este empréstimo vence juros semestrais à taxa Euribor a 6 meses acrescida de um spread de mercado, e é reembolsável em prestações semestrais e sucessivas até agosto de 2012. Adicionalmente, foi contratado um "swap" de taxa de juro, para limitar a taxa de juro efetiva do empréstimo aos 3,37%, exceto se a Euribor exceder os 4,75% até 28 de fevereiro de 2009 ou 5,00% a partir dessa data; nesse caso a taxa de juro efetiva passará a ser Euribor a 6 meses deduzida de 10 p.b..

O derivado contratado, embora com o objetivo de cobertura de risco de taxa de juro, não cumpre os requisitos definidos na NCRF 27 – Instrumentos financeiros para contabilização de cobertura, pelo que se encontra reconhecido ao justo valor com variações de justo valor reconhecidas na demonstração dos resultados. No exercício findo em 31 de dezembro de 2011, o justo valor do derivado era negativo no montante de 80.864 Euros (356.500 Euros em 31 de dezembro de 2010) o qual se encontra registado na rubrica de "Passivos financeiros detidos para negociação", e o rendimento líquido reconhecido pela variação do seu justo valor, no montante líquido de 275.636 Euros (160.121 Euros de gasto líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2010), encontra-se refletido na rubrica da demonstração dos resultados "Juros e gastos similares suportados" (Nota 24).

As restantes dívidas a instituições de crédito estão expressas em Euros e vencem juros a taxas de mercado.

18. ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010, o detalhe das rubricas de "Estado e outros entes públicos" apresentavam a seguinte composição:

ATIVO CORRENTE	2011	2010
Imposto sobre o Valor Acrescentado	222.352	743.333
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas:		
Estimativa de imposto sobre o lucro (Nota 10)	(1.168.743)	(3.161.376)
Empresas subsidiárias - RETGS	721.037	-
Pagamentos por conta	1.960.315	4.017.384
Retenções na fonte	9.491	7.762
Imposto a recuperar	(10.287)	152.747
	1.734.165	1.759.850

Valores expressos em Euros

PASSIVO CORRENTE	2011	2010
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares:		
Retenções na fonte	98.452	119.489
Segurança Social	173.407	206.294
Restantes impostos	1.526	20.475
	273.385	346.258

Valores expressos em Euros

19. RÉDITO

O rédito reconhecido pela Empresa em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhado conforme se segue:

CATEGORIA	2011	2010
Vendas	480.803.082	568.200.380
Prestação de serviços	2.278.700	1.979.770
Juros obtidos (Nota 24)	2.389.058	1.264.076
	485.470.840	571.444.226

Valores expressos em Euros

O valor líquido das vendas e das prestações de serviços por mercado, durante os exercícios de 2011 e 2010, distribuiu-se como segue:

2011	VENDAS	DESCONTOS CONCEDIDOS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	TOTAL
Mercado Interno	478.897.357	(24.239.887)	1.132.469	455.789.939
Mercado Externo	26.145.612	-	1.146.231	27.291.843
TOTAL	505.042.969	(24.239.887)	2.278.700	483.081.782

Valores expressos em Euros

2010	VENDAS	DESCONTOS CONCEDIDOS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	TOTAL
Mercado Interno	559.371.381	(27.898.809)	1.015.753	532.488.325
Mercado Externo	36.727.808	-	964.017	37.691.825
TOTAL	596.099.189	(27.898.809)	1.979.770	570.180.150

Valores expressos em Euros

20. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

A rubrica de "Fornecimentos e serviços externos" nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhada conforme se segue:

NATUREZA	2011	2010
Trabalhos especializados	3.632.624	2.094.183
Publicidade e propaganda	486.416	513.670
Vigilância e segurança	179.422	189.862
Conservação e reparação	269.039	665.386
Assistência técnica	549.981	597.467
Material de escritório	198.170	191.817
Electricidade	344.491	269.868
Combustíveis	654.471	760.303
Deslocações e estadas	203.760	219.342
Transporte de mercadorias	3.964.661	3.173.657
Portagens	108.065	120.364
Rendas e alugueres	1.559.856	2.014.761
Comunicação	409.132	654.575
Seguros	160.187	159.398
Limpeza, higiene e conforto	102.689	102.938
Outros fornecimentos e serviços externos	336.380	629.404
	13.159.344	12.356.995

Valores expressos em Euros

O aumento registado na rubrica “Trabalhos especializados” está relacionado com o facto de a remuneração que a Empresa pagou no exercício de 2011, no valor de 1.557.630 Euros, no âmbito do contrato de prestação de serviços referido na Nota 7, se encontrar refletida nesta rubrica. Este mesmo motivo originou uma diminuição na rubrica de “Rendas e alugueres”.

21. GASTOS COM O PESSOAL

A rubrica “Gastos com o pessoal” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é detalhada conforme se segue:

NATUREZA	2011	2010
Remunerações dos órgãos sociais	393.485	483.866
Remunerações do pessoal	6.729.871	7.828.607
Indemnizações	1.706.492	989.009
Encargos sobre remunerações	1.512.017	1.655.853
Seguros de acidentes de trabalho	51.043	54.783
Gastos de ação social	54.102	61.589
Outros gastos com o pessoal	585.951	608.190
	11.032.961	11.681.897

Valores expressos em Euros

O número médio de empregados ao serviço da Empresa durante o exercício de 2011 foi de 384 (423 durante o exercício de 2010).

Em 31 de dezembro de 2011 os saldos a pagar ao pessoal ascendem a 155.449 Euros (132.289 Euros em 31 de dezembro de 2010). A responsabilidade relativamente a férias, subsídios de férias e prémios que se vencem para pagamento ao pessoal em 2012 era de 1.232.590 Euros em 31 de dezembro de 2011 (1.191.243 Euros em 31 de dezembro de 2010) [Nota 17].

Os outros gastos com o pessoal englobam, nomeadamente, formação e despesas com trabalho temporário.

22. AMORTIZAÇÕES

A decomposição da rubrica de “Gastos / reversões de depreciação e de amortização” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é conforme se segue:

NATUREZA	2011	2010
Ativos fixos tangíveis (Nota 6)	1.907.707	1.430.931
Ativos intangíveis (Nota 8)	336.636	296.895
	2.244.343	1.727.826

Valores expressos em Euros

23. OUTROS GASTOS E PERDAS E OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

A decomposição da rubrica de “Outros gastos e perdas” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é conforme se segue:

NATUREZA	2011	2010
Impostos	122.859	288.073
Dívidas incobráveis	707.604	-
Abates de investimentos não financeiros	240.895	1.069
Outros	22.761	49.438
	1.094.119	338.580

Valores expressos em Euros

A decomposição da rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 é conforme se segue:

NATUREZA	2011	2010
Alienações de investimentos não financeiros	13.501	1.033
Outros	516.079	95.813
	529.580	96.846

Valores expressos em Euros

Na rubrica de outros rendimentos e ganhos estão incluídas correções relativas a exercícios anteriores, no valor de 497.884 Euros, essencialmente relacionadas com o reconhecimento de itens anteriormente registados em contas de acréscimos e diferimentos, e regularizados no exercício de 2011.

24. JUROS E OUTROS RENDIMENTOS E GASTOS SIMILARES

Os gastos e perdas de financiamento reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são detalhados conforme se segue:

NATUREZA	2011	2010
Juros suportados		
Financiamentos bancários	2.719.052	1.799.108
Desconto de títulos	334.898	244.324
Locação financeira	20.098	14.515
Reduções de justo valor de instrumentos derivados (Nota 17)	(275.636)	160.121
Outros gastos de financiamento	744.124	478.084
	3.542.536	2.696.152

Valores expressos em Euros

A rubrica “Outros gastos de financiamento” diz essencialmente respeito a gastos suportados com a emissão de papel comercial.

Os juros, dividendos e outros rendimentos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 são detalhados conforme se segue:

NATUREZA	2011	2010
Juros obtidos		
Depósitos em instituições de crédito	6.128	1.600
Acordos de regularização de dívida	2.382.930	1.247.401
Outros financiamentos concedidos	-	15.075
Outros ganhos de financiamento	486.202	594.762
	2.875.260	1.858.838

Valores expressos em Euros

A rubrica "Juros obtidos – Acordos de regularização de dívida" diz respeito aos juros debitados pela Empresa aos seus clientes resultante de acordos de regularização de dívida assinados com os mesmos, que visam remunerar a Empresa pelo desfasamento temporal no recebimento (Nota 12).

25. PARTES RELACIONADAS

As seguintes pessoas coletivas detêm o capital subscrito da Empresa em 31 de dezembro de 2011:

	2011
Alliance Boosts Group Ltd.	49%
Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	49%
José de Mello Participações II, SGPS, S.A.	2%

As remunerações do pessoal chave de gestão da Empresa, constituído pelos membros do Conselho de Administração da Empresa e restantes membros do Comité Executivo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010, foram as seguintes:

	COMPONENTE FIXA 2011	COMPONENTE VARIÁVEL 2011	COMPONENTE FIXA 2010	COMPONENTE VARIÁVEL 2010
Conselho de Administração	1.199.846	-	531.813	166.212
Alta Direção	804.717	-	383.138	72.585
	2.004.563	-	914.951	238.797

Valores expressos em Euros

Os valores referentes ao exercício de 2011 incluem indemnizações e compensações pagas pela Empresa no âmbito de rescisão de contratos.

Os termos ou condições praticadas entre a Empresa e as partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Consideram-se como partes relacionadas as empresas abaixo referidas, incluídas nas respetivas categorias:

- Empresas – mãe (acionistas)
- Empresas do Grupo – subsidiárias (empresas incluídas no perímetro de consolidação da Alliance Healthcare, S.A.)
- Outras partes relacionadas

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 foram efetuadas as seguintes transações com partes relacionadas:

TRANSACÇÕES 2011	VENDAS DE MERCADORIAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	COMPRAS DE MERCADORIAS	FORN. SERV. EXTERNOS	DIVIDENDOS RECEB/(PAGOS)	ATIVOS TANGÍVEIS
Empresas subsidiárias						
Alloga Portugal, Lda.	266.316	216.605	2.384.193	129.546	-	-
Alliance Healthcare Particip. SGPS Unip., Lda.	-	-	-	-	-	-
Almus, Lda.	-	30.118	751.203	-	-	-
Proconfar – Produtos de Consumo e Farmacêuticos, S.A.	1.963.347	102.872	9.836.347	-	38.250	-
	2.229.663	349.595	12.971.743	129.546	38.250	-
Empresas – mãe						
Alliance Boots Group Ltd.	-	74.071	-	-	3.055.591	-
Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	-	-	-	49.435	3.055.591	-
José de Mello Participações II, SGPS, S.A.	-	-	-	-	124.718	-
	-	74.071	-	49.435	6.235.900	-
Outras partes relacionadas						
Alliance Boots Management Services Ltd.	-	564.453	-	44.621	-	-
Boots Beauty International	-	-	430.352	-	-	-
Alliance UniChem International Trading	-	-	-	30.895	-	-
Stephar BV	3.664.905	-	-	-	-	-
Glintt Business Solutions, Lda.	-	18.842	-	540.389	-	61.840
Farmacoope – Coop. Nac. de Farmácias	[70.736]	-	-	2.465	-	-
Woodglen Properties, Lda.	-	-	-	242.844	-	-
Glintt Technology Enab. Serv., S.A.	-	-	-	43.744	-	5.650
Glintt Healthcare Solutions	-	-	-	19.800	-	-
RHM – Manag. Rec. Humanos, Lda.	-	-	-	16.440	-	-
HMR – Health Market Research	-	-	-	121.876	-	-
Glovalvet, Soluções e Inov. Vet., Lda.	-	-	-	18.000	-	-
JUTAI – Sociedade Imobiliária	-	-	-	1.694.177	-	-
Imofarma	-	-	-	60.308	-	-
Outras partes relacionadas ⁽¹⁾	9.829.878	-	-	-	-	-
	13.424.047	583.295	430.352	2.835.559	-	67.490

(1) Inclui empresas detidas por Administradores de empresas do Grupo e/ou seus familiares

Valores expressos em Euros

TRANSACÇÕES 2010	VENDAS DE MERCADORIAS	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	COMPRAS DE MERCADORIAS	FORN. SERV. EXTERNOS	DIVIDENDOS RECEB/[PAGOS]	JUROS RECEBIDOS	ATIVOS (IN)TANGÍVEIS
Empresas subsidiárias							
Alloga Portugal, Lda.	1.018.947	189.188	3.033.508	364.425	-	61.268	-
Alliance Healthcare Particip. SGPS Unip., Lda.	-	-	-	-	-	-	-
Almus, Lda.	-	-	747.246	-	-	60.613	-
Proconfar – Produtos de Consumo e Farmacêuticos, S.A.	484.983	-	8.285.716	19.773	38.250	-	-
	1.503.930	189.188	12.066.470	384.198	38.250	121.881	-
Empresas – mãe							
Alliance Boots Group Ltd.	-	92.848	-	-	(4.439.090)	-	-
Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	-	-	-	65.631	(4.439.090)	-	-
José de Mello Participações II, SGPS, S.A.	-	-	-	-	(181.187)	-	-
	-	92.848	-	65.631	(9.059.367)	-	-
Outras partes relacionadas							
Alliance Boots Services, Ltd.	-	626.027	-	18.411	-	-	-
Boots Beauty International	-	-	385.989	-	-	-	-
Alliance UniChem International Trading	-	152.400	-	186.885	-	-	-
Gilintt Business Solutions, Lda.	-	17.840	-	507.296	-	-	40.061
Farmacoope – Coop. Nac. de Farmácias	8.198.113	-	-	2.182	-	-	-
Woodglen Properties, Lda.	-	-	-	242.117	-	-	-
Outras partes relacionadas ⁽¹⁾	15.142.150	-	20.913	222.382	-	-	27.924
	23.340.263	796.267	406.902	1.179.273	-	-	67.985

[1] Inclui empresas detidas por Administradores de empresas do Grupo e/ou seus familiares

Valores expressos em Euros

Para além das transações acima identificadas, não existiram transações com outras entidades relacionadas.

Em 31 de dezembro de 2011 e 2010 a Empresa apresentava os seguintes saldos com partes relacionadas:

SALDOS 31-12-2011	CONTAS A RECEBER MLP	CONTAS A RECEBER C/P	CONTAS A PAGAR RETGS	CONTAS A PAGAR C/P
Empresas subsidiárias				
Alloga Portugal, Lda.	-	184.327	273.356	371.357
Alliance Healthcare Particip. SGPS Unip., Lda.	4.226.425	-	76.647	-
Almus, Lda.	-	-	371.034	(106.644)
Proconfar – Produtos de Consumo e Farmacêuticos, S.A.	-	949.490	-	745.816
	4.226.425	1.133.817	721.037	1.010.529
Empresas – mãe				
Alliance Boots Group Ltd.	-	50.957	-	-
Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	-	-	-	-
José de Mello Participações II, SGPS, S.A.	-	-	-	-
	-	50.957	-	-
Outras partes relacionadas				
Alliance Boots Managements Services, Ltd.	-	2.847	-	-
Stephar BV	-	507.208	-	-
Farmacoope – Coop. Nac. de Farmácias	-	[79.607]	-	3.032
Boots Beauty International	-	-	-	27.508
Glintt Business Solutions, Lda.	-	3.518	-	85.993
Glintt Technology Enab. Serv., S.A.	-	-	-	6.950
RHM – Manag. Rec. Humanos, Lda.	-	-	-	7.363
HMR – Health Market Research	-	-	-	61.462
Glovalvet, Soluções e Inov. Vet., Lda.	-	-	-	2.767
JUTAI – Sociedade Imobiliária	-	-	-	238.988
Alliance Santé, S.A.	-	62.273	-	-
Outras partes relacionadas ⁽¹⁾	-	1.720.854	-	-
	-	2.217.093	-	434.063

[1] Inclui empresas detidas por Administradores de empresas do Grupo e/ou seus familiares

Valores expressos em Euros

SALDOS 31-12-2010	CONTAS A RECEBER MLP	CONTAS A RECEBER C/P	CONTAS A PAGAR MLP	CONTAS A PAGAR C/P
Empresas subsidiárias				
Alloga Portugal, Lda.	-	355.233	-	84.638
Alliance Healthcare Particip. SGPS Unip., Lda.	4.226.425	-	-	-
Almus, Lda.	420.000	1.426.282	-	-
Proconfar – Produtos de Consumo e Farmacêuticos, S.A.	-	68.565	-	654.707
	4.646.425	1.850.080	-	739.345
Empresas – mãe				
Alliance Boots Group Ltd.	-	55.789	-	-
Farminveste – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.	-	-	-	21.701
José de Mello Participações II, SGPS, S.A.	-	-	-	-
	-	55.789	-	21.701
Outras partes relacionadas				
Alliance Boots Services, Ltd.	-	545.000	-	1.816
Farmacoope – Coop. Nac. de Farmácias	-	-	-	6.198
Outras partes relacionadas ⁽¹⁾	-	3.271.883	-	93.260
	-	3.816.883	-	101.274

(1) Inclui empresas detidas por Administradores de empresas do Grupo e/ou seus familiares

Valores expressos em Euros

26. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

Os honorários totais faturados no exercício findo em 31 de dezembro de 2011 pelo Revisor Oficial de Contas relacionados com a Revisão legal das contas anuais ascenderam a 64.000 Euros.

12

**CERTIFICAÇÃO
LEGAL DE CONTAS**



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Born Sucesso Trade Center
Praça do Bom Sucesso, 61 - 13º
4150-146 Porto
Portugal

Tel: +(351) 225 439 200
Fax: +(351) 225 439 650
www.deloitte.pt

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da Alliance Healthcare, S.A. ("Empresa"), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2011 que evidencia um total de 196.803.461 Euros e um capital próprio de 78.141.650 Euros, incluindo um resultado líquido negativo de 1.432.761 Euros, as Demonstrações dos Resultados por Naturezas, das Alterações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. Excepto quanto à limitação descrita no parágrafo 4 abaixo, o exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

A expressão Deloitte refere-se à Deloitte Touche Tohmatsu, uma Swiss Verein, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membro, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para aceder à descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e suas firmas membro consulte www.deloitte.com/about.

Tipo: Sociedade civil sob a forma comercial | Capital Social: 500.000,00 Euros | Matricula C.R.C. de Lisboa e NIPC: 501 776 311
Sede: Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1 - 6º, 1050-094 Lisboa

Member of Deloitte Touche Tohmatsu



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROC nº 43
Registo na CMVM nº 231

Página 2 de 2

Reserva

4. A Empresa mantém registado na rubrica “Activo não corrente - Outros activos financeiros” o montante de 3.686.454 Euros correspondente aos pagamentos efectuados às Autoridades Fiscais no âmbito de uma liquidação adicional, recebida em exercícios anteriores, em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”). A Empresa, por não concordar com os fundamentos daquela liquidação, impugnou-a judicialmente e registou, em exercícios anteriores, uma perda de imparidade para fazer face a este assunto no montante de, aproximadamente, 1.843.000 Euros (Notas 12 e 16). Adicionalmente, durante os exercícios de 2004 a 2009, a Empresa recebeu liquidações adicionais em sede de IRC, referentes aos exercícios de 2000 a 2006, no montante de, aproximadamente, 7.000.000 Euros, relativas, essencialmente, à não aceitação como custo fiscal e à consideração como despesas não documentadas de determinados pagamentos efectuados naqueles exercícios. Embora não tenha concordado com os fundamentos das Autoridades Fiscais relativamente àquelas liquidações adicionais e tenha impugnado judicialmente as mesmas, a Empresa procedeu ao registo de uma provisão no montante de, aproximadamente, 4.000.000 Euros (registada em exercícios anteriores) para fazer face aos referidos processos (Nota 16). À data desta Certificação Legal das Contas não obtivemos informação suficiente que nos permitisse concluir quanto ao desfecho daqueles processos fiscais e do impacto dos mesmos, se algum, nas demonstrações financeiras anexas.

Opinião

5. Em nossa opinião, excepto quanto aos efeitos dos ajustamentos que poderiam revelar-se necessários, caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 4 acima, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, para os fins indicados no parágrafo 6 abaixo, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da Alliance Healthcare, S.A. em 31 de Dezembro de 2011, bem como o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

6. As demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 acima, referem-se à actividade da Empresa a nível individual e foram preparadas para aprovação e publicação nos termos da legislação em vigor. Embora os investimentos financeiros tenham sido registados pelo método da equivalência patrimonial, através do qual são considerados no resultado líquido do período e no capital próprio os efeitos da consolidação das empresas participadas, as demonstrações financeiras anexas não incluem o efeito da consolidação integral a nível de activos, passivos, gastos e rendimentos totais, o que será efectuado em demonstrações financeiras consolidadas a aprovar e a publicar em separado.

Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Porto, 30 de Abril de 2012


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por Jorge Manuel Araújo de Beja Neves

13

**RELATÓRIO E PARECER
DO CONSELHO FISCAL**



RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL CONTAS INDIVIDUAIS

Exmos. Senhores Accionistas,

1. Nos termos legais e estatutários e no desempenho das suas funções o Conselho Fiscal da Alliance Healthcare, S.A. examinou o Relatório do Conselho de Administração, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e respectivo Anexo, elaborados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2011 e, consequentemente, vem submeter à vossa aprovação o seu Relatório e Parecer.
2. O nosso trabalho consistiu no exame às demonstrações financeiras, aos registos contabilísticos e seus documentos de suporte de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.
3. De entre outros, foram realizados os seguintes procedimentos:
 - 3.1 Acompanhamento da gestão e dos negócios da Alliance Healthcare através da leitura de actas do Conselho de Administração e de reuniões havidas com os seus representantes, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos considerados necessários;
 - 3.2 Análise da informação financeira divulgada;
 - 3.3 Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos de suporte;
 - 3.4 Apreciação das políticas contabilísticas da Alliance Healthcare quanto à sua adequação e consistência;
 - 3.5 Apreciação da eficácia do controlo interno, da gestão de riscos e dos ajustamentos às contas.



Escritório Central: Rua Projectada à Rua 3 da Matilha, Bloco A – 1.º C., 1950 – 327 Unboia, Telefone 21 8614700 | Fax 21 8614799 | www.alliance-healthcare.pt
Sede Social: Rua Eng.ª Ferreira Dias, 772 4149-014 Porto, Contribuinte Nº 502 693 150, Reg. Com. Nº 51991 na Cons. Reg. do Porto Capital Social: 2.500.000 Euros

Alameda: Canto do Galo – E.N. 125, 8135-028 Almaraz, Tel. 289 359500 | Fax 289 360329
Avenida: Av. Pedro Álvares Cabral, nº 158, Amadim 22-23 3800-553 Gafanha da Nazaré, Tel. 234 369800 | Fax 234 369899
Castelo Branco: Quilha do Ramal, 6000-128 Castelo Branco, Tel. 272 343112 | Fax 272 343957
Porto: Rua Eng.ª Ferreira Dias, 772, 4149-014 Porto, Tel. 22 5524600 | Fax 22 6176023

Vila Real: Rua Visconde de Seixas, Lote 32 Cave, R. A/8, 5000-254 Vila Real, Tel. 259 302770 | Fax 259 320800
Vila Verde: Bairro de Sta. Eulália, Lote 5 Casa eq. – Repetir, 3500-682 Vila Verde, Tel. 232 420377 | Fax 232 422824
Unboia: Rua 3, Lote 1 – Matilha, 1900-823 Unboia | Tel. 21 8625100 | Fax 21 8625111

Uma parceria Alliance Boots, Associação Nacional das Farmácias e José de Mello Participações II SGPS



4. O Conselho Fiscal tomou conhecimento do conteúdo da Certificação Legal das Contas individuais emitida nos termos da legislação em vigor, pela sociedade de revisores oficiais de contas, documento este que merece a nossa concordância.
5. Verificámos que o Relatório do Conselho de Administração está elaborado em conformidade com as disposições legais, complementa as demonstrações financeiras e põe em relevo os aspectos de maior importância da sua gestão.
6. Em nossa opinião, o Balanço, as Demonstrações dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio, a Demonstração dos fluxos de caixa e respectivo Anexo representam adequadamente o património social bem como os resultados referentes ao exercício de 2011.
7. Com base no relatório exposto, somos de Parecer:
 - 1º Que sejam aprovados o Relatório do Conselho de Administração e as Contas, tal como são apresentados, referentes ao exercício de 2011;
 - 2º Que seja aprovada a proposta de aplicação do resultado líquido;
 - 3º Que seja aprovado um voto de louvor e confiança ao Conselho de Administração pela forma criteriosa e eficaz como geriu os negócios da Alliance Healthcare.

Porto, 30 de Março de 2012

Presidente – Carlos Alexandre de Pádua Corte-Real Pereira

Vogal – João Gaspar Lopes Ribeiro

Vogal – Fernando Manuel Magrão Magarreiro



ESCRITÓRIO CENTRAL

Rua Projectada à Rua 3
Matinha
Bloco A - 1º C
1900-796 Lisboa
Tel 21 8614700
Fax 21 8614799

SEDE

Rua Engenheiro Ferreira Dias, 728 - 3º Piso Sul
4149-014 Porto

www.alliance-healthcare.pt